

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ORGANIZAÇÃO GERAL**

**RICA 21-94**

**REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS AVANÇADOS**

**2018**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS**



**ORGANIZAÇÃO GERAL**

**RICA 21-94**

**REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS AVANÇADOS**

**2018**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL**

PORTARIA DCTA Nº 185/DNO, DE 9 DE MAIO DE 2018.

Aprova o Regimento Interno do Instituto de Estudos Avançados.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL**, no uso de suas atribuições previstas no art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 960/GC3, de 27 de junho de 2017; de acordo com o item 4.2.3 da ICA 19-1 “Regulamentação das Organizações”, aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005; e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 67780.000696/2018-42, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 21-94 “Regimento Interno do Instituto de Estudos Avançados”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DCTA nº 339/DNO, de 12 de dezembro de 2016, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 215, de 21 de dezembro de 2016.

Ten Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA  
Diretor-Geral do DCTA

(Publicado no BCA nº 079, de 11 de maio de 2018)



## SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE .....	7
Seção I	<b>Categoria e Finalidade</b> .....	7
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO .....	7
Seção I	<b>Estrutura Básica</b> .....	7
Seção II	<b>Estrutura Complementar</b> .....	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIA DOS SETORES .....	12
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES .....	32
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	39
Seção I	<b>Pessoal</b> .....	39
Seção II	<b>Disposições Finais</b> .....	46
Anexo A	- <b>Organograma da Organização Militar (IEAV)</b> .....	48
Anexo B	- <b>Organograma da Direção (EDR)</b> .....	49
Anexo C	- <b>Organograma da Vice-Direção (VDR)</b> .....	50
Anexo D	- <b>Organograma da Subdiretoria de Administração (EDA)</b> .....	51
Anexo E	- <b>Organograma da Subdiretoria Técnica (EDT)</b> .....	52
Anexo F	- <b>Organograma da Divisão de Aerotermodinâmica e Hipersônica (EAH)</b> .....	53
Anexo G	- <b>Organograma da Divisão de Energia Nuclear (ENU)</b> .....	54
Anexo H	- <b>Organograma da Divisão de Física Aplicada (EFA)</b> .....	55
Anexo I	- <b>Organograma da Divisão de Fotônica (EFO)</b> .....	56
Anexo J	- <b>Organograma da Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR)</b> .....	57
Anexo K	- <b>Organograma da Divisão de Suporte Tecnológico (EST)</b> .....	58



## **REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS**

### **CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE**

#### **Seção I Categoria e Finalidade**

Art. 1º O Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), especializada no campo da Ciência e Tecnologia, criada pelo Decreto nº 87.247, de 2 de junho de 1982, tem por finalidade ampliar o conhecimento científico e o domínio de tecnologias estratégicas para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro.

### **CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO**

#### **Seção I Estrutura Básica**

Art. 2º O IEAV tem a seguinte estrutura básica:

- I - Direção (EDR);
- II - Vice-Direção (VDR);
- III - Subdiretoria de Administração (EDA);
- IV - Subdiretoria Técnica (EDT).

#### **Seção II Estrutura Complementar**

Art. 3º A Direção (EDR) tem a seguinte constituição:

- I - Diretor;
- II - Conselho Estratégico (CONEST);
- III - Conselho de Direção (CONDIR);
- IV - Assessoria de Controle Interno (ACI);
- V - Assessoria de Inteligência (AI);
- VI - Assessoria de Comunicação Social (ACS);
- VII - Assessoria de Relações Institucionais (ARI);
- VIII - Assessoria de Serviços Jurídicos (ASJ);
- IX - Secretaria da Direção (SECDIR).

§ 1º O Diretor (DIR) pode dispor de um Adjunto.

§ 2º O Conselho Estratégico (CONEST) é presidido pelo Diretor e tem como membros convidados os ex-Diretores do Instituto, podendo ser convidadas outras pessoas relacionadas com a história do IEAV.

§ 3º O Conselho de Direção (CONDIR) é presidido pelo Diretor e tem como membros permanentes o Vice-Diretor, os Chefes de Subdiretoria e os Chefes das Divisões subordinadas à Subdiretoria Técnica (EDT).

Art. 4º A Assessoria de Comunicação Social (ACS) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório Interativo de Ciências (LIC).

Art. 5º A Vice-Direção (VDR) tem a seguinte constituição:

- I - Vice-Diretor;
- II - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPL);
- III - Coordenadoria de Gestão da Inovação (CGI);
- IV - Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação e Extensão do IEAV (CPPG).

Parágrafo único. O Vice-Diretor pode dispor de um Adjunto.

Art. 6º A Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPL) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subcoordenadoria de Planejamento e Controle (CPL-P);
- III - Subcoordenadoria para a Excelência da Gestão (CPL-G).

Art. 7º A Subdiretoria de Administração (EDA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Divisão de Infraestrutura e Patrimônio (EIE);
- III - Divisão de Recursos Humanos (ERH);
- IV - Divisão de Tecnologia da Informação (ETI);
- V - Divisão de Recursos Financeiros (ERF);
- VI - Divisão de Arquivo e Protocolo (EAP);
- VII - Seção de Segurança do Trabalho (SST);
- VIII - Seção de Vigilância e Segurança (SVS);
- IX - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- X - Secretaria Administrativa (SECAD).

§ 1º O Chefe da Subdiretoria de Administração pode dispor de um Adjunto.

§ 2º A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), subordinada ao Chefe da Subdiretoria de Administração, tem o objetivo, a organização, os procedimentos e demais preceitos definidos na ICA 205-50 “Gestão integrada de meio ambiente, saúde ocupacional e segurança do trabalho no DCTA”, que podem ser complementados em norma específica do Instituto.

Art. 8º A Divisão de Infraestrutura e Patrimônio (EIE) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Almoxarifado (EIE-A);
- III - Subdivisão de Manutenção (EIE-M);
- IV - Subdivisão de Patrimônio e Projetos (EIE-P);
- V - Subdivisão de Refeitório (EIE-R);
- VI - Subdivisão de Registro (EIE-G).

Art. 9º A Divisão de Recursos Humanos (ERH) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Desenvolvimento de Pessoal (ERH-D);
- III - Subdivisão de Pessoal Civil (ERH-C);



- IV - Subdivisão de Pessoal Militar (ERH-M);
- V - Subdivisão de Educação Física (ERH-F).

Art. 10. A Divisão de Tecnologia da Informação (ETI) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Desenvolvimento de Sistemas (ETI-D);
- III - Subdivisão de Suporte Computacional (ETI-S).

Art. 11. A Divisão de Arquivo e Protocolo (EAP) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Arquivo (EAP-A);
- III - Subdivisão de Protocolo (EAP-P).

Art. 12. A Subdiretoria Técnica (EDT) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
  - II - Divisão de Aerodinâmica e Hipersônica (EAH);
  - III - Divisão de Energia Nuclear (ENU);
  - IV - Divisão de Física Aplicada (EFA);
  - V - Divisão de Fotônica (EFO);
  - VI - Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR);
  - VII - Divisão de Suporte Tecnológico (EST);
  - VIII - Divisão de Informação em Ciência e Tecnologia (EICT);
  - IX - Escritório de Projetos (EPJ);
  - X - Serviço de Proteção Radiológica (SPR);
  - XI - Serviço de Salvaguardas (SSG);
  - XII - Comissão Assessora de Pesquisa e Desenvolvimento (CAPD).
- § 1º O Chefe da Subdiretoria Técnica pode dispor de um Adjunto.
- § 2º Todos os gerentes de projetos do IEAV subordinam-se diretamente ao Chefe da Subdiretoria Técnica, no que se refere ao desenvolvimento dos respectivos projetos.
- § 3º A Comissão Assessora de Pesquisa e Desenvolvimento (CAPD), subordinada ao Chefe da Subdiretoria Técnica, é constituída de Presidente, Secretário e Membros, designados por Portaria publicada em Boletim Interno, e tem seu funcionamento regido por Norma Padrão de Ação.

Art. 13. A Divisão de Aerodinâmica e Hipersônica (EAH) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Simulação Computacional (EAH-C);
- III - Subdivisão de Concepções Avançadas (EAH-A);
- IV - Subdivisão de Ensaios em Solo (EAH-E).

Art. 14. A Subdivisão de Simulação Computacional (EAH-C) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica Computacional (LAHC).

Art. 15. A Subdivisão de Ensaios em Solo (EAH-E) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica “Professor Henry T. Nagamatsu” (LAH);
- III - Laboratório de Técnicas de Diagnóstico (LTD).

Art. 16. A Divisão de Energia Nuclear (ENU) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Blindagem e Neutrônica (ENU-B);
- III - Subdivisão de Dados Nucleares (ENU-D);
- IV - Subdivisão de Transferência de Calor e Materiais (ENU-T).

Art. 17. A Subdivisão de Blindagem e Neutrônica (ENU-B) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Análise dos Efeitos da Radiação (LAER);
- III - Laboratório Computacional de Tecnologia Nuclear (LCTN).

Art. 18. A Subdivisão de Transferência de Calor e Materiais (ENU-T) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Sistemas Térmicos “Viviane H. T. R. Hirdes” (LST).

Art. 19. A Divisão de Física Aplicada (EFA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Aplicações das Radiações (EFA-A);
- III - Subdivisão de Eletromagnetismo Aplicado (EFA-E).

Art. 20. A Subdivisão de Aplicações das Radiações (EFA-A) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Radiação Ionizante (LRI).

Art. 21. A Subdivisão de Eletromagnetismo Aplicado (EFA-E) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Caracterização de Dispositivos Semicondutores (LCDS);
- III - Laboratório de Eletromagnetismo Computacional (LEC);
- IV - Laboratório de Engenharia Virtual (LEV);
- V - Laboratório de Processamento e Caracterização de Materiais (LPCM);
- VI - Laboratório de Sistemas Eletromagnéticos (LSE).

Art. 22. A Divisão de Fotônica (EFO) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Desenvolvimento de Aplicações de Lasers e Óptica (DedALO);
- III - Laboratório de Desenvolvimento de Lasers (LDL);
- IV - Laboratório de Evaporação e Fotoionização (LEF);
- V - Laboratório de Geração de Radiação Laser (LGRL);

- VI - Laboratório de Filmes Finos (LFF);
- VII - Laboratório de Manufatura de Componentes Ópticos (LMCO);
- VIII - Laboratório de Medição de Superfícies Ópticas (LMSO);
- IX - Laboratório de Óptica Integrada (LOI);
- X - Laboratório de Optoeletrônica (LOE);
- XI - Laboratório de Sensores a Fibra Óptica (LSFO).

Art. 23. A Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Sensoriamento Remoto (ECR-S);
- III - Subdivisão de Sistemas de Apoio à Decisão (ECR-A).

Art. 24. A Subdivisão de Sensoriamento Remoto (ECR-S) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Inteligência de Imagens (LabInt);
- III - Laboratório de Radiometria e Caracterização de Sensores Eletroópticos (LaRaC);
- IV - Laboratório de Visão Computacional e Sistemas Embarcados (LVCSE).

Art. 25. A Subdivisão de Sistemas de Apoio à Decisão (ECR-A) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Laboratório de Sistemas de Apoio à Decisão (LabSAD).

Art. 26. A Divisão de Suporte Tecnológico (EST) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Eletrônica (EST-E);
- III - Subdivisão de Mecânica (EST-M);
- IV - Subdivisão de Logística (EST-L).

Art. 27. A Subdivisão de Eletrônica (EST-E) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Projetos Eletrônicos (EST-EP);
- III - Seção de Fabricação de Circuitos Impressos (EST-EF).

Art. 28. A Subdivisão de Mecânica (EST-M) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Oficina Mecânica (EST-MO);
- III - Seção de Projetos Mecânicos (EST-MP);
- IV - Laboratório de Tratamentos Térmicos (LTT).

Art. 29. A Subdivisão de Logística (EST-L) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Apoio Logístico (EST-LA).

Art. 30. A Divisão de Informação em Ciência e Tecnologia (EICT) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;

II - Biblioteca (EICT-B);

III - Subdivisão de Publicações Técnico-Científicas (EICT-P).

Art. 31. O Serviço de Proteção Radiológica (SPR) tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Laboratório de Dosimetria Aeroespacial (LDA).

Art. 32. Os Chefes de Assessoria, de Coordenadoria, de Divisão, do Escritório de Projetos e dos Serviços podem dispor de um Adjunto e de Assessores.

Art. 33. As Subdivisões, as Subcoordenadorias, as Seções, os Serviços e demais setores, de conformidade com suas necessidades operacionais, podem dispor de Encarregados e de Auxiliares.

### CAPÍTULO III COMPETÊNCIA DOS SETORES

Art. 34. Ao Conselho Estratégico (CONEST) compete transmitir fatos históricos e aconselhar nas estratégias adotadas pelo Diretor em exercício para rever e/ou atingir os objetivos institucionais.

Art. 35. Ao Conselho de Direção (CONDIR) compete:

I - assessorar a Direção (EDR) no planejamento das atividades e na análise e avaliação do desempenho do Instituto;

II - exercer o papel de “Conselho Superior” ou “Colegiado Superior” do IEAV, no que se refere ao previsto na Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 para as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), assim como outras orientações legais relativas às ICT.

Art. 36. À Assessoria de Controle Interno (ACI) compete:

I - assessorar o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas no cumprimento da Legislação e das Normas que regem o Serviço Administrativo no âmbito da Unidade Gestora;

II - proceder à verificação sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos assuntos técnicos administrativos;

III - conferir, controlar e acompanhar a execução das despesas e das receitas diretamente arrecadadas;

IV - coordenar a auditoria interna na Unidade Gestora;

V - controlar e acompanhar a execução orçamentária das alterações financeiras referentes a pessoal;

VI - orientar os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno;

VII - divulgar, em boletim interno, as reuniões da administração com a antecedência mínima de quarenta e oito horas;

VIII - providenciar para que todos os gestores responsáveis por bens, valores e dinheiros compareçam à reunião da administração para a prestação de contas, inclusive os detentores de suprimentos de fundos, quando necessários;

IX - providenciar para que a ata da reunião da administração seja transcrita em boletim interno, até o quinto dia útil após a sua realização, observados os prazos de remessa aos órgãos competentes;

X - assessorar o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas nas inspeções e verificações que sejam passíveis de realização;

XI - autorizar as transferências de bens móveis permanentes e de consumo de uso duradouro entre os diversos setores do IEAV;

XII - conferir, analisar, controlar e acompanhar a execução das despesas;

XIII - manter e atualizar os sistemas informatizados da Assessoria de Controle Interno;

XIV - acompanhar e controlar a execução dos contratos administrativos de despesas, de receitas, certificando-se que estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

XV - acompanhar e controlar a execução dos contratos de despesas e de receitas junto à Fiscalização, Comissões de Fiscalização e de Recebimento, Gerentes de Projetos e Coordenadores;

XVI - analisar os pedidos parciais de materiais relativos às atas de registro de preços, quanto à disponibilidade de itens durante a vigência das atas, bem como a guarda e conservação das mesmas durante este acompanhamento, se necessário;

XVII - acompanhar e controlar a execução dos convênios, certificando-se que estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

XVIII - analisar e verificar a regularidade das prestações de contas a fim de aprovação, observando os prazos legais e regulamentares quanto a esta atividade;

XIX - coordenar a reunião mensal de Prestação de Contas dos fiscais de Convênios;

XX - acumular, organizar, analisar e interpretar os custos dos produtos, dos serviços dos componentes da organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição, a fim de determinar resultados;

XXI - acompanhar, conferir e arquivar todos os processos de suprimento de fundos;

XXII - acompanhar a execução e atuação dos fiscais dos contratos de despesa, ainda como junto à Fiscalização, às Comissões de Fiscalização e de Recebimento e aos Gerentes e Coordenadores de Projetos;

XXIII - acompanhar a execução dos contratos administrativos de receitas, certificando-se de que estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

XXIV - acompanhar a execução e atuação dos fiscais dos contratos de receita;

XXV - acompanhar e controlar a execução dos convênios, certificando-se de que estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

XXVI - analisar e providenciar a abertura e conferência dos processos administrativos de gestão;

XXVII - analisar, controlar e acompanhar a execução orçamentária das alterações financeiras referentes a pessoal;

XXVIII - coordenar os assuntos financeiros relacionados com o pagamento de pessoal;

XXIX - prestar informação acerca do andamento dos PAG;

XXX - controlar, acompanhar e conferir todas as receitas diretamente arrecadadas na Unidade Gestora;

XXXI - providenciar dados para o Relatório de Gestão do DCTA;

XXXII - efetuar a verificação de conformidade de todos os itens financeiros relacionados com o pagamento de pessoal do IEAV;

XXXIII - confeccionar o demonstrativo das comissões em atividades na Unidade Gestora.

Art. 37. À Assessoria de Inteligência (AI), além do previsto nas normas do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER), compete:

- I - tratar dos assuntos de inteligência e contra-inteligência;
- II - coordenar o credenciamento de segurança;
- III - controlar as atividades referentes à segurança das informações, documentação e pessoal;
- IV - promover, periodicamente, palestras de caráter informativo aos servidores e militares, versando sobre os problemas de relevância para o Instituto nas áreas de Inteligência e Contra-Inteligência;
- V - supervisionar e coordenar as visitas de estrangeiros, de caráter institucional, ao IEAV;
- VI - manter atualizado o Plano de Segurança Orgânica (PSO) do IEAV;
- VII - promover a capacitação de efetivo para compor o elo de inteligência dos diferentes setores, conforme especificado em portaria da Direção;
- VIII - gerenciar as atividades referentes à segurança das informações, relativas à documentação e ao pessoal.

Art. 38. À Assessoria de Comunicação Social (ACS) compete:

- I - divulgar informações institucionais, sociais e culturais;
- II - coordenar ações de comunicação social em apoio a eventos realizados pelo Instituto;
- III - programar e acompanhar as visitas de caráter institucional ao IEAV;
- IV - coordenar o cerimonial nos eventos institucionais;
- V - atuar como elo sistêmico junto aos órgãos do Sistema de Comunicação Social do Comando da Aeronáutica (SISCOMSAE);
- VI - coordenar a agenda de visitas ao Laboratório Interativo de Ciências (LIC) e sua manutenção, bem como pôr em prática, no que lhe competir, as deliberações da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação e Extensão do IEAV sobre este laboratório;
- VII - atuar como elo do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT) junto ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER);
- VIII - coordenar e executar as ações de jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda no âmbito interno, mantendo estreito contato com a ACS do DCTA e CECOMSAER;
- IX - providenciar a elaboração, confecção, guarda e distribuição de materiais de divulgação do IEAV.

Art. 39. Ao Laboratório Interativo de Ciências (LIC) compete:

- I - contribuir com a divulgação e disseminação de conhecimentos básicos de ciências, pesquisas científicas e tecnológicas desenvolvidas e empregadas no IEAV;
- II - auxiliar e participar em atividades de promoção do IEAV-DCTA e da FAB na formação da opinião pública no setor aeroespacial;
- III - realizar palestras empregando recursos multimídia e experimentos interativos;
- IV - apoiar as visitas de alunos do ensino fundamental, médio e superior ao IEAV;
- V - preparar conteúdo didático-científico para a divulgação de experimentos em ciências;
- VI - participar em eventos de divulgação pública;

VII - planejar e obter recursos junto às agências de fomento e outras instituições para a divulgação e popularização da ciência aeroespacial;

VIII - promover e orientar trabalhos de Iniciação Científica voltados às atividades do LIC.

Art. 40. À Assessoria de Relações Institucionais (ARI) compete:

I - coordenar informações referentes às relações institucionais do IEAV;

II - fornecer ao público interno informações sobre instituições de fomento e sobre a obtenção de recursos financeiros externos;

III - promover oportunidades de colaboração e de cooperação interinstitucional;

IV - planejar e executar a estratégia de relacionamento institucional com entidades de ensino, centros de pesquisa e de desenvolvimento, entidades financiadoras de projetos em ciência e tecnologia, empresas, associações, etc.;

V - manter atualizada a lista de competências e demandas técnicas do IEAV para subsidiar tratativas com outras instituições;

VI - assessorar o Diretor na articulação de cooperações com outras instituições;

VII - coordenar as atividades de *offset* (compensações decorrentes de aquisições do Governo Federal no exterior), defendendo os interesses do IEAV junto ao DCTA e outras organizações;

VIII - coordenar as atividades referentes ao Certificado de Usuário Final (*End User*);

IX - em conjunto com o EDT, encaminhar à Coordenadoria de Relações Institucionais (CRI) do DCTA, as solicitações de intercâmbios de interesse com as Forças Aéreas amigas, por meio das Fichas de Propostas de Atividade Bilateral (FPAB).

Art. 41. À Assessoria de Serviços Jurídicos (ASJ) compete:

I - prestar orientação jurídica ao Diretor, ao Vice-Diretor e aos Chefes de Subdiretorias e demais Assessorias nos assuntos de sua competência;

II - analisar, sob o ponto de vista jurídico, todas as documentações e informações solicitadas;

III - organizar, atualizar e controlar a legislação, obras de Direito e jurisprudências do interesse do IEAV;

IV - acompanhar as ações de natureza jurídica de interesse do IEAV.

Art. 42. À Secretaria da Direção (SECDIR) compete:

I - secretariar a Direção, Vice-Direção e Subdiretorias Técnica e de Administração;

II - organizar e manter atualizado o arquivo das Portarias emitidas pelo Diretor do IEAV;

III - manter atualizados, para o Diretor, os assuntos pertinentes à agenda administrativa e atividades de comando;

IV - gerenciar as informações por meio do controle dos documentos físicos e eletrônicos produzidos, em trânsito, ou encaminhados à Direção, bem como consultar informações e dados junto aos chefes dos setores de trabalho e aos profissionais externos ao IEAV;

V - preparar e fazer a expedição da correspondência oficial;

VI - receber a documentação sigilosa endereçada ao IEAV.



Art. 43. À Vice-Direção (VDR) compete coordenar e supervisionar as atividades de planejamento e execução dos assuntos relativos às Subdiretorias, de acordo com as orientações emanadas pelo Diretor do IEAV.

Art. 44. À Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPL) compete:

I - coordenar ações de planejamento institucional, atuando como Elo de Planejamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica (SISPLAER), seja no sentido de atender demandas de planejamento de órgãos superiores, ou de interesse do desenvolvimento institucional;

II - subsidiar no estabelecimento de processos de excelência da gestão;

III - assegurar e propiciar a continuidade administrativa, por meio da integração dos planejamentos de longo, médio e curto prazos;

IV - acompanhar a gestão dos processos-chave do IEAV em prol da melhoria contínua dos mesmos, e auxiliar na busca do atendimento das metas institucionais;

V - coordenar a elaboração do Programa de Trabalho Anual, do Plano Diretor, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, do Plano Plurianual de Obras, do Plano de Capacitação, do Plano de Desenvolvimento Institucional e de outros planos de caráter institucional que vierem a ser estabelecidos, de forma a verificar se os mesmos estão corretamente alinhados com o planejamento estratégico estabelecido para o Instituto;

VI - acompanhar a execução das Metas Setoriais e Próprias do Programa de Trabalho Anual e os Indicadores Gerenciais Estratégicos, comunicando à Direção, as alterações que venham a impactar na execução dos projetos e atividades.

Art. 45. À Subcoordenadoria de Planejamento e Controle (CPL-P) compete:

I - subsidiar a CPL na coordenação da elaboração do Programa de Trabalho Anual, do Plano Diretor, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, do Plano Plurianual de Obras, do Plano de Capacitação, do Plano de Desenvolvimento Institucional, das Propostas Orçamentárias e de outros planos de caráter institucional que venham a ser estabelecidos;

II - acompanhar, de maneira recorrente e regular, as Metas Setoriais, as Metas Próprias e o calendário administrativo, verificando se estão sendo cumpridos dentro do prazo determinado no Programa de Trabalho Anual;

III - coletar e analisar os dados relativos às Metas Setoriais, Metas Próprias, Macroprocessos Finalísticos e de Apoio;

IV - coordenar a elaboração das propostas de Necessidades Operacionais (NOP) a serem submetidas pelo Diretor do IEAV ao DCTA, conforme o contido na ICA 400-14.

Art. 46. À Subcoordenadoria para Excelência da Gestão (CPL-G) compete:

I - propor, validar e acompanhar os indicadores gerenciais estratégicos do Instituto, bem como analisar os resultados obtidos, com o intuito de efetuar os ajustes necessários e corrigir eventuais discrepâncias;

II - coletar, compilar e analisar os resultados dos indicadores estratégicos de gestão, com vistas à confecção do Relatório de Gestão;

III - identificar, estruturar, coletar, armazenar, compilar e disseminar as informações relativas às diversas dimensões organizacionais, a fim de apoiar a gestão e a tomada de decisão no Instituto, promovendo maior eficácia na administração;

IV - controlar o processo de atualização da estrutura organizacional do IEAV, com o intuito de possibilitar a integração de recursos, a economia de meios e a eficácia nas suas aplicações;



V - propor atualizações na estrutura organizacional do IEAV (ROCA e RICA), visando ao aprimoramento dos processos e da gestão.

Art. 47. À Coordenadoria de Gestão da Inovação (CGI) compete:

I - atuar como Elo do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER) no âmbito do IEAV, coordenando a execução dos processos, atividades e atribuições relacionadas à gestão da inovação tecnológica;

II - tratar dos assuntos referentes à inovação, ao empreendedorismo e ao regime jurídico da ciência, tecnologia e inovação;

III - realizar a gestão da propriedade intelectual, no âmbito do IEAV;

IV - coordenar os processos de transferência e licenciamento de tecnologia, em coordenação com o Núcleo de Gestão da Inovação (NGI) do DCTA, órgão central do SINAER;

V - elaborar, sob demanda da EDT ou do NGI/DCTA, estudos e pareceres sobre prospecção em ciência, tecnologia e inovação (inteligência tecnológica, prospecção tecnológica ou mapeamento de rotas tecnológicas), visando a contribuir para o gerenciamento estratégico da inovação;

VI - realizar a gestão do conhecimento aplicada à gestão da inovação, de acordo com os resultados obtidos nos projetos de pesquisa do IEAV;

VII - coordenar o portfólio de bens intangíveis do IEAV;

VIII - mensurar e avaliar a inovação, no âmbito do IEAV, por meio de indicadores de gestão;

IX - responder pela capacitação em gestão da inovação, no âmbito da CGI, em coordenação com a ERH;

X - divulgar a inovação e promover a cultura da inovação, no âmbito do IEAV;

XI - incentivar e recompensar a inovação, no âmbito do IEAV;

XII - apoiar os programas, os projetos e as demais iniciativas que envolvam interação com as Fundações de Apoio ou com a Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos (CJU-SJC), desde que enquadrados no regime jurídico da ciência, tecnologia e inovação;

XIII - coordenar as atividades que visam a mitigar os efeitos do cerceamento tecnológico.

Art. 48. À Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação e Extensão do IEAV (CPPG) compete:

I - tratar dos assuntos relacionados à formação de recursos humanos nos níveis de iniciação científica, mestrado e doutorado no IEAV;

II - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de pesquisa da pós-graduação e extensão desenvolvidas no Instituto;

III - intermediar relações do IEAV com Instituições de Ensino Superior, no que se refere a programas de pós-graduação e extensão;

IV - propor indicadores de gestão relativos às atividades de pós-graduação e extensão desenvolvidas no IEAV.

Art. 49. À Subdiretoria de Administração (EDA), compete:

I - assessorar o Diretor do IEAV em assuntos e atos administrativos;

II - coordenar e supervisionar as gerências orçamentária, financeira e patrimonial dos bens e valores públicos a cargo do IEAV, bem como a gerência dos recursos

humanos, da infraestrutura da organização, dos recursos de tecnologia da informação e do acervo administrativo e técnico-científico;

III - recomendar ao Diretor a designação dos Agentes Executores e Agentes Auxiliares da Administração do IEAV;

IV - coordenar as ações referentes ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária e ao controle financeiro dos projetos e atividades;

V - coordenar as ações referentes ao controle financeiro dos instrumentos contratuais no âmbito do IEAV;

VI - identificar e propor remoção de situações perigosas ou insalubres, bem como providenciar a aquisição de equipamentos individuais ou coletivos de proteção;

VII - estabelecer procedimentos para a segurança e defesa no âmbito do IEAV, de acordo com a legislação em vigor;

VIII - planejar e coordenar ações para a melhoria contínua da gestão da organização e da qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo único. Em complemento às competências previstas no Regulamento (ROCA 21-77), destacam-se as seguintes atividades:

I - propor e coordenar ações para a solução de problemas de infraestrutura e suporte às atividades dos setores administrativo e técnico do IEAV;

II - coordenar as ações para o arquivo e disponibilização de informações ostensivas no âmbito do Instituto;

III - elaborar o planejamento administrativo e financeiro, por meio da promoção de estudos e análises das conjunturas e cenários internos e externos, para definição de ações, objetivos e metas a serem alcançados pelo IEAV;

IV - estabelecer, consolidar e executar o orçamento e elaborar relatórios gerenciais;

V - administrar os Recursos Humanos por meio do estabelecimento de políticas de pessoal e de capacitação, da definição das atribuições das gerências, do estabelecimento de Indicadores de Desempenho Institucional e Individual e da avaliação dos resultados alcançados;

VI - definir e coordenar as ações referentes ao patrimônio, suprimentos e logística, tecnologia da informação, arquivo e acervo técnico-científico do IEAV;

VII - coordenar a execução do cronograma de Pedidos de Aquisição de Material e Serviço do IEAV nos prazos indicados e sem ferir o cronograma financeiro anual.

Art. 50. À Divisão de Infraestrutura e Patrimônio (EIE) compete:

I - prover o controle do material carga, controle de suprimentos, de subsistência de administração e conservação dos bens imóveis sob a responsabilidade do IEAV;

II - supervisionar e controlar o depósito de material descarregado do IEAV.

Art. 51. À Subdivisão de Almoxarifado (EIE-A) compete:

I - gerir a logística dos materiais, desde o planejamento, a implantação, o controle do fluxo, a armazenagem e a prestação de serviços no atendimento aos setores de trabalho do IEAV, em consonância com as competências e atribuições do GAP-SJ;

II - gerir os pedidos de importação.

Art. 52. À Subdivisão de Manutenção (EIE-M) compete:

I - executar, coordenar, acompanhar e fiscalizar as atividades de conservação e limpeza da infraestrutura predial, viária e das áreas verdes, quando realizadas por prestadoras de serviços contratadas ou por pessoal do efetivo, conforme for o caso;

II - planejar, coordenar e executar as atividades técnico-administrativas necessárias para a aquisição de materiais de consumo para manutenção elétrica, hidráulica e de climatização e refrigeração de ar, possível de ser realizada pela Subdivisão;

III - planejar, coordenar, executar, fiscalizar e gerenciar as atividades técnico-administrativas relacionadas à contratação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica e de climatização e refrigeração de ar;

IV - controlar as Ordens de Serviço (OS) emitidas, distribuindo-as às Subseções que lhe estão subordinadas;

V - analisar e abrir as Ordens de Serviços (OS) solicitadas diretamente pelos setores do IEAV;

VI - confeccionar as escalas de serviços pertinentes ao setor.

Art. 53. À Subdivisão de Patrimônio e Projetos (EIE-P) compete:

I - planejar, controlar e atualizar o Plano Diretor e Plurianual de Obras do IEAV, conforme orientações e definições emanadas pela Direção do Instituto;

II - planejar e coordenar os projetos de serviços e obras de engenharia elaborados ou contratados para serem executados nos imóveis e infraestrutura do IEAV; elaborar os projetos básicos ou especificações mínimas para as contratações que não puderem ser apoiadas pelo GAP-SJ, ou outra OM do Sistema de Engenharia da Aeronáutica;

III - planejar, coordenar, acompanhar, fiscalizar e controlar técnico-administrativamente as obras e serviços de engenharia a serem executados nos imóveis e infraestrutura do IEAV.

Art. 54. À Subdivisão de Refeitório (EIE-R) compete prover refeições e manter o refeitório em condições apropriadas de higiene e limpeza.

Art. 55. À Subdivisão de Registro (EIE-G) compete:

I - escriturar e controlar os bens patrimoniais móveis permanentes e controlados sob a responsabilidade do IEAV;

II - manter atualizado o registro de todos os detentores de bens patrimoniais móveis permanentes e controlados;

III - realizar auditorias nas dependências do IEAV para conferência dos bens patrimoniais móveis permanentes e controlados do Instituto;

IV - elaborar tanto os Aditamentos a Boletins versando sobre as movimentações dos bens móveis permanentes, intangíveis e de consumo de uso duradouro do Instituto, como dos itens de designação de Comissão para exame de material ou de causas para exclusão ou inclusão de bens móveis permanentes do IEAV;

V - realizar semestralmente, ou por determinação, a comprovação da situação da carga e de sua escrituração, por meio de comunicação formal aos detentores da carga parcial do Instituto;

VI - atuar junto ao ACI para que as comissões de recebimento indicadas possuam, pelo menos, um membro com conhecimento técnico-especializado do bem a ser recebido.

Art. 56. À Divisão de Recursos Humanos (ERH) compete:

I - coordenar e executar as políticas e ações estratégicas voltadas à Gestão Integrada de Pessoas, no que tange à captação, alocação, desenvolvimento, retenção e evasão dos servidores civis e militares de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IEAV;

II - subsidiar a Subdiretoria de Administração em todos os assuntos de recursos humanos, sempre pautado no princípio da legalidade e das orientações emitidas pelos órgãos de pessoal das instâncias superiores;

III - elaborar normas no intuito de coordenar e acompanhar as atividades na sua esfera de atuação e competência;

IV - formalizar convênios com instituições educacionais ou contratos com agentes de integração, no intuito de fomentar a captação de estagiários e estudantes para desempenharem a continuidade de seus estudos no IEAV.

Art. 57. À Subdivisão de Desenvolvimento de Pessoal (ERH-D) compete planejar, controlar, executar e acompanhar as atividades relativas à capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos em prol do desenvolvimento das competências organizacionais do IEAV.

Art. 58. À Subdivisão de Pessoal Civil (ERH-C) compete:

I - controlar, executar e acompanhar os processos relativos às atividades funcionais, desde a entrada do processo, passando por sua verificação legal, até a publicação;

II - processar e controlar os benefícios legais e as aposentadorias dos servidores;

III - controlar a documentação e a informação a respeito dos estudantes e colaboradores do IEAV;

IV - alimentar os sistemas informatizados de pessoas, de forma a permitir a geração atualizada e oportuna de relatórios.

Art. 59. À Subdivisão de Pessoal Militar (ERH-M) compete:

I - controlar, executar e acompanhar os processos relativos ao efetivo, histórico, movimentação, legislação e publicações dos militares;

II - alimentar os sistemas informatizados de pessoas, de forma a permitir a geração atualizada e oportuna de relatórios gerenciais;

III - providenciar a publicação, em Boletim Interno do GAP-SJ, das matérias relacionadas aos militares do Instituto.

Art. 60. À Subdivisão de Educação Física (ERH-F) compete:

I - planejar e coordenar o treinamento físico do efetivo militar do IEAV com base nas instruções em vigor;

II - encaminhar ao efetivo militar do IEAV a programação mensal de treinamento físico;

III - disponibilizar ao efetivo militar do IEAV as fichas individuais de aplicação do TACF;

IV - aplicar o TACF, de acordo com as normas pertinentes e encaminhar os resultados à Subdivisão de Pessoal Militar (ERH-M);

V - encaminhar todas as fichas de aplicação do TACF à Subdivisão de Pessoal Militar (ERH-M), a fim de que sejam devidamente arquivados.

Art. 61. À Divisão de Tecnologia da Informação (ETI) compete:

I - planejar, projetar, contratar, operar e manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do IEAV, bem como realizar a gestão da sua arquitetura para acomodar as necessidades específicas das divisões técnicas referentes a sistemas computacionais e de simulação;

II - preparar e atualizar o Plano de Desenvolvimento de TI (PDTI);

III - prestar assessoramento a todos os setores interessados sobre Tecnologia da Informação (TI) e ao estabelecimento de requisitos para aquisição de materiais e serviços em TI;

IV - atuar como elo sistêmico junto aos órgãos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER (STI);

V - gerenciar as atividades referentes à Rede de Comunicação de Dados do Instituto (RCD/IEAV);

VI - planejar e subsidiar a chefia no que diz respeito à otimização do uso da rede e da capacidade de processamento do Instituto como um todo, visando a extrair o máximo desempenho dos recursos existentes.

Art. 62. À Subdivisão de Desenvolvimento de Sistemas (ETI-D) compete avaliar, desenvolver e manter sistemas de informações administrativos e gerenciais, de caráter corporativo.

Art. 63. À Subdivisão de Suporte Computacional (ETI-S) compete:

I - oferecer suporte em informática aos usuários;

II - desenvolver, testar e implementar procedimentos de segurança em um ambiente controlado e isolado da RCD, para evitar comprometer toda a rede e seus usuários;

III - realizar testes de recebimento de material de informática;

IV - realizar testes de desempenho dos lançamentos ou atualizações de versões de *software* e *hardware*;

V - avaliar sistemas operacionais, *softwares* de gerenciamento e monitoramento de rede;

VI - elaborar simulações de redes cabeadas e sem fio;

VII - operar e manter os computadores corporativos e os computadores de alto desempenho sob a sua responsabilidade e acompanhar e monitorar os recursos computacionais equivalentes alocados fisicamente nos laboratórios das divisões técnicas;

VIII - verificar e subsidiar a chefia no que diz respeito ao máximo aproveitamento dos recursos computacionais.

Art. 64. À Divisão de Recursos Financeiros (ERF) compete:

I - coordenar as ações necessárias para a execução dos recursos orçamentários do IEAV de acordo com a legislação pertinente;

II - realizar o acompanhamento das despesas com aquisições e contratações propondo remanejamentos e a alocação de créditos adicionais;

III - elaborar planilhas demonstrativas referentes a recursos e despesas sempre que necessário, para subsídio à Direção e prestação de contas a órgãos superiores;

IV - elaborar os Processos Administrativos de Gestão - PAG referentes aos processos de aquisição e contratação (PAM/S e PPM), em colaboração com os setores solicitantes;

V - controlar, junto ao GAP-SJ, o fluxo de execução dos Processos Administrativos de Gestão - PAG do IEAV, referentes às licitações para aquisições e

contratações, solucionando problemas e agilizando, sempre que possível, o andamento dos processos;

VI - controlar as ordens de serviço do Instituto;

VII - controlar, emitir os documentos e escriturar os gastos dos recursos recebidos;

VIII - controlar a emissão dos documentos de solicitação de passagens aéreas e controlar os recursos recebidos para este fim;

IX - controlar e elaborar planilhas demonstrativas com as informações relativas às receitas de arrendamento e convênios executados pelo IEAV, para subsídio à Direção e prestação de contas a órgãos superiores;

X - coordenar as ações necessárias para a elaboração de processos de aquisição e contratação de materiais e serviços em apoio aos setores relacionados às atividades de pesquisa e execução de projetos do IEAV;

XI - realizar a pesquisa de preços e produção de orçamentos de itens a serem comprados ou contratados;

XII - produzir e manter uma base de dados atualizada, com informações sobre produtos e serviços usualmente adquiridos pelo IEAV, bem como de seus possíveis fornecedores;

XIII - efetuar os contatos necessários com os fornecedores visando a levantar e manter atualizadas as cotações de produtos e serviços que compõem a pesquisa de mercado necessária para a elaboração dos processos de aquisições de produtos e serviços;

XIV - elaborar os Pedidos de Aquisição de Materiais e Serviços (PAM/S) em apoio aos setores relacionados às atividades de pesquisa e execução de projetos do IEAV.

Art. 65. À Divisão de Arquivo e Protocolo (EAP) compete:

I - promover a gestão do acervo histórico do IEAV, em conformidade com as normas e legislação em vigor, visando à preservação da memória do Instituto;

II - planejar, coordenar e controlar as atividades relativas ao Arquivo e Protocolo do IEAV;

III - manter as ligações com os demais elos do Sistema de Documentação e Histórico da Aeronáutica bem como com os demais Órgãos Públicos correlacionados;

IV - executar, sugerir aperfeiçoamento do sistema, auxiliar o Órgão Central na fiscalização da atividade sistêmica e cumprir as normas e demais instruções emitidas pelo Órgão Central (CENDOC) referentes ao SISDOC. (Portaria nº 127/GC3, de 28 JAN 2015, BCA nº 021, de 02 FEV 2015).

Art. 66. À Subdivisão de Arquivo (EAP-A) compete:

I - receber e manter o arquivamento dos originais assinados dos documentos oficiais gerados no Instituto;

II - controlar o acesso e retiradas de documentos para consulta, observando-se as normas e legislação pertinentes ao trato da documentação sigilosa;

III - realizar inventários periódicos do acervo arquivístico, visando a estabelecer destinação dos documentos, de acordo com seus valores informativos e probatórios, obedecendo-se legislação e tabela de temporalidade aplicada à sua finalidade;

IV - efetuar a guarda e o tratamento previsto dos documentos de arquivo, produzidos e recebidos pela organização, na fase INTERMEDIÁRIA, até que possam ser devidamente transferidos para o GAP-SJ;



V - prestar a assistência técnica aos setores responsáveis pelos arquivos correntes na solução de problemas ligados à classificação de documentos e organização de arquivo;

VI - elaborar e encaminhar propostas de normas de procedimentos para a gestão documental, de interesse do Instituto;

VII - estabelecer e manter rotina de inspeção das condições ambientais do local de instalação do arquivo e do próprio acervo arquivístico, em vista da preservação da documentação sob custódia.

Art. 67. À Subdivisão de Protocolo (EAP-P) compete:

I - gerenciar o sistema de protocolo, realizando o recebimento, a protocolização, a expedição, o encaminhamento físico e digital (SIGADAER) dos documentos afetos ao IEAV, em conformidade com a legislação em vigor;

II - observar e executar os procedimentos recomendados pelas instruções sobre correspondência e atos oficiais do COMAER e demais legislações pertinentes;

III - autenticar os documentos produzidos e assinados digitalmente (Aviso Interno nº 01/GC3, de 21 jan. 2015, BCA nº 020 de 30 jan. 2015);

IV - digitalizar e protocolar no SIGADAER toda a documentação ostensiva destinada ao Instituto;

V - arquivar cópia temporária e expedir toda a correspondência externa ostensiva do Instituto, assinada pelo Diretor do IEAV ou preposto;

VI - coordenar a entrega e coleta de documentos do Instituto em colaboração com o serviço de malote do Protocolo Geral do GAP-SJ;

VII - encaminhar documentos processados e finalizados para a Subdivisão de Arquivo (EAP-A).

Art. 68. À Seção de Segurança do Trabalho (SST) compete desenvolver e realizar conjunto de ações técnicas, medidas e programas para prevenção de acidentes e doenças, compatibilização permanente do trabalho com a preservação da vida, promoção da saúde dos militares e servidores e preservação do meio ambiente de trabalho.

Art. 69. À Seção de Vigilância e Segurança (SVS) compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de Segurança e Defesa;

II - confeccionar e atualizar o plano de acionamento do IEAV;

III - planejar a instrução militar do IEAV;

IV - planejar e executar missões de policiamento e controle de trânsito de veículos e pessoal civil e militar no interior do Instituto.

Art. 70. À Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) compete:

I - atender ao que preconiza a ICA 205-50 e demais legislações sobre a sua atividade;

II - orientar e promover o interesse do efetivo do Instituto quanto às questões de prevenção de acidentes, segurança e higiene do trabalho;

III - observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho;

IV - investigar, analisar e discutir os eventuais acidentes ocorridos;

V - encaminhar à SST relatórios de solicitação de medidas corretivas.

Art. 71. À Secretaria Administrativa (SECAD) compete:

I - prestar apoio administrativo aos setores de trabalho indicados pelo Chefe da Subdiretoria de Administração;

II - zelar pela elaboração, tramitação, arquivo e controle da documentação gerada e recebida pelos setores subordinados às Subdiretorias Técnica e de Administração apoiados;

III - realizar o lançamento e atualização de informações dos sistemas informatizados de controle de visitas, telefonia, ordem de serviço, materiais e outros sistemas a critério do Chefe da Subdiretoria de Administração, relacionados aos setores apoiados, subordinados às Subdiretorias Técnica e de Administração;

IV - obter informações, preencher formulários e demais documentações relacionadas à capacitação dos setores apoiados, e encaminhar à Subdivisão de Desenvolvimento de Pessoal (ERH-D);

V - controlar e organizar o recebimento e expedição de documentos dos setores subordinados às Subdiretorias Técnica e de Administração apoiados, em colaboração com a Subdivisão de Protocolo (EAP-P).

Art. 72. À Subdiretoria Técnica compete:

I - assessorar o Diretor do IEAV em assuntos técnicos e científicos;

II - coordenar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Fotônica, Aerotermodinâmica, Geointeligência, Energia Nuclear, Física Aplicada e prestar Suporte Tecnológico nos campos de mecânica e de eletrônica aos projetos e atividades do Instituto;

III - coordenar as ações referentes à formulação, priorização, execução, planejamento, acompanhamento e controle físico dos projetos e empreendimentos similares;

IV - recomendar ao Diretor a designação dos Gerentes de Projeto do IEAV;

V - coordenar as ações referentes à execução dos objetos dos instrumentos contratuais no âmbito do IEAV;

VI - promover, executar, orientar e supervisionar a aplicação das medidas, normas e regulamentos de Proteção Radiológica;

VII - executar a contabilidade e o controle do material nuclear e equipamento especificado, bem como prestar assessoramento ao Diretor na coordenação e aplicação de salvaguardas nacionais e internacionais desses materiais.

Parágrafo único. Neste Regimento, a área de Geointeligência, constante do inciso II, passa a ser denominada Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR).

Art. 73. À Divisão de Aerotermodinâmica e Hipersônica (EAH) compete:

I - realizar pesquisa básica e aplicada com vistas à concepção de veículos hipersônicos avançados e motores para voo em atmosfera sensível;

II - aplicar e desenvolver metodologias conceituais, modelos computacionais e experimentais com vistas ao desenvolvimento de veículos hipersônicos avançados e motores para voo em atmosfera sensível.

Art. 74. À Subdivisão de Simulação Computacional (EAH-C) compete aplicar ou desenvolver técnicas de simulações computacionais de escoamentos reativos ou não-reativos.

Art. 75. Ao Laboratório de Aerotermodinâmica e Hipersônica Computacional (LAHC) compete prestar apoio técnico e realizar serviços especializados para projetos e atividades de pesquisa em simulação computacional de escoamentos reativos e não-reativos.



Art. 76. À Subdivisão de Concepções Avançadas (EAH-A) compete.

I - estabelecer requisitos de projeto e de operação de veículos hipersônicos avançados e motores para voo em atmosfera sensível;

II - estabelecer requisitos de projeto e de operação de dispositivos de testes em solo de motores e veículos hipersônicos avançados para voo em atmosfera sensível.

Art. 77. À Subdivisão de Ensaio em Solo (EAH-E):

I - planejar e executar ensaios em solo, com produção de escoamentos reativos ou não-reativos;

II - aplicar e desenvolver técnicas de diagnóstico de escoamentos reativos ou não-reativos.

Art. 78. Ao Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica “Professor. Henry T. Nagamatsu” (LAH) compete prestar apoio técnico a projetos e atividades envolvendo ensaios em solo de veículos hipersônicos avançados e motores para voo em atmosfera sensível.

Art. 79. Ao Laboratório de Técnicas de Diagnóstico (LTD) compete prestar apoio técnico na aplicação e desenvolvimento de técnicas de diagnóstico em experimentos envolvendo escoamentos reativos e não-reativos de alta velocidade.

Art. 80. À Divisão de Energia Nuclear (ENU) compete realizar pesquisa e desenvolvimento em geração e aplicações da energia nuclear.

Art. 81. À Subdivisão de Blindagem e Neutrônica (ENU-B) compete:

I - realizar pesquisa e desenvolvimento nas áreas de blindagem de radiação, neutrônica, queima do combustível e cinética de reatores, especialmente no desenvolvimento, validação e aplicação de métodos computacionais em transporte de partículas e de radiação;

II - analisar e projetar núcleos de reatores de uso na Terra e no Espaço;

III - analisar e avaliar os efeitos da radiação espacial em componentes de sistemas aviônicos, optoeletrônicos e eletrônicos em geral.

Art. 82. Ao Laboratório de Análise dos Efeitos da Radiação (LAER) compete prestar apoio técnico a projetos e atividades em análise dos efeitos produzidos por radiação espacial em componentes optoeletrônicos e eletrônicos, em conjunto com as atividades do LRI/EFA.

Art. 83. Ao Laboratório Computacional de Tecnologia Nuclear (LCTN) compete prestar apoio técnico a projetos e atividades em simulação computacional de sistemas nucleares nas seguintes áreas: análise de segurança e termo-hidráulica de reatores nucleares; queima do combustível; cinética de reatores; blindagem e neutrônica; dados nucleares; dinâmica de fluidos computacional; processamento de sinais; o uso de métodos de inteligência artificial em aplicações aeroespaciais e nucleares.

Parágrafo único. Este laboratório opera com infraestrutura compartilhada com o LEV/EFA.

Art. 84. À Subdivisão de Dados Nucleares (ENU-D) compete realizar pesquisas teóricas em reações nucleares induzidas por nêutrons, radiação gama e partículas carregadas, bem como o desenvolvimento de métodos de processamento de dados nucleares avaliados.

Art. 85. À Subdivisão de Transferência de Calor e Materiais (ENU-T) compete realizar pesquisa e desenvolvimento nas áreas de transferência de calor, mecânica dos fluidos e materiais, em aplicações de energia nuclear e aeroespacial.

Art. 86. Ao Laboratório de Sistemas Térmicos “Viviane H. T. R. Hirdes” (LST) compete prestar apoio técnico no desenvolvimento de tubos de calor e de ciclos térmicos para conversão em energia elétrica ou efeito propulsivo em aplicações nucleares e aeroespaciais.

Art. 87. À Divisão de Física Aplicada (EFA) compete realizar estudos das interações das radiações ionizantes e não ionizantes com a matéria e suas aplicações tecnológicas, bem como o estudo de fenômenos físicos complexos relacionados ao desenvolvimento de materiais, sistemas e dispositivos eletromagnéticos.

Art. 88. À Subdivisão de Aplicações das Radiações (EFA-A) compete realizar pesquisa e desenvolvimento voltados para as interações e os efeitos da radiação ionizante em materiais, dispositivos e sistemas; voltados para a dosimetria e blindagem da radiação ionizante; e, voltados para a defesa radiológica e nuclear, bem como a proteção radiológica do ser humano, equipamentos, instalações e meio ambiente.

Art. 89. Ao Laboratório de Radiação Ionizante (LRI) compete realizar ensaios de irradiação para suporte de estudos e caracterização dos efeitos da radiação ionizante em materiais diversos, componentes e sistemas eletrônicos; para suporte de dosimetria e blindagem da radiação ionizante; e, para suporte de proteção radiológica e defesa radiológica e nuclear.

Art. 90. À Subdivisão de Eletromagnetismo Aplicado (EFA-E) compete realizar pesquisa e desenvolvimento voltados para a dosimetria e blindagem das radiações não ionizantes; voltados para a caracterização de materiais, sensores e transdutores; e, voltados para os estudos de compatibilidade e interferência eletromagnética (EMC/EMI).

Art. 91. Ao Laboratório de Caracterização de Dispositivos Semicondutores (LCDS) compete realizar medidas de propriedades ópticas e elétricas de dispositivos semicondutores para avaliação dos efeitos da radiação ionizante em dispositivos de uso aeroespacial; para sensores e matrizes de sensores infravermelho (FPAs – *Focal Plane Arrays*); e, para avaliação de dispositivos comerciais.

Art. 92. Ao Laboratório de Eletromagnetismo Computacional (LEC) compete dar suporte à pesquisa em projeto e desenvolvimento de sensores a fibras ópticas; à pesquisa e análise em predição e medida de sessão reta radar (RCS); à pesquisa e análise de assinatura infravermelho (IRS); e, ao projeto e desenvolvimento de dispositivos e componentes eletromagnéticos.

Art. 93. Ao Laboratório Engenharia Virtual (LEV) compete dar suporte para o desenvolvimento de métodos numéricos e analíticos, bem como técnicas de inteligência artificial, para a solução de problemas complexos; para o desenvolvimento de sistemas de *software* de alto desempenho, distribuído e de processamento paralelo; e, para a pesquisa e o desenvolvimento de sensores e atuadores de interesse aeroespacial.

Art. 94. Ao Laboratório de Processamento e Caracterização de Materiais (LPCM) compete dar suporte à produção e caracterização física, química e micro e nano estrutural de materiais de interesse aeroespacial.

Art. 95. Ao Laboratório de Sistemas Eletromagnéticos (LSE) compete dar suporte para a pesquisa e desenvolvimento nas áreas de dosimetria da radiação não ionizante e blindagens eletromagnéticas; de caracterização de materiais, sensores e transdutores; e, de compatibilidade e interferência eletromagnéticas (EMC/EMI).

Art. 96. À Divisão de Fotônica (EFO) compete realizar pesquisa e desenvolvimento de aplicação de laser, sensores e sistemas ópticos e optoeletrônicos, e fotoionização.

Art. 97. Ao Laboratório de Desenvolvimento de Aplicações de Lasers e Óptica (DedALO) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados e pesquisas experimentais em aplicações de lasers (processamento, tratamento, texturização, sinterização, corte, usinagem, furação, soldagem e têmpera de materiais, ligas e cerâmicas; nanofabricação; biomedicina; imageamento, tomografia e sensoriamento) e em espectroscopia atômica e molecular.

Art. 98. Ao Laboratório de Desenvolvimento de Lasers (LDL) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados, pesquisas experimentais e desenvolvimento de sistemas lasers (lasers de gás, de líquidos e de estado sólido, contínuos e pulsados).

Art. 99. Ao Laboratório de Evaporação e Fotoionização (LEF) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados de evaporação de materiais (líquidos e sólidos), contenção em câmara, iluminação e fotoionização por radiação laser e separação eletromagnética de vapores e gases.

Art. 100. Ao Laboratório de Geração de Radiação Laser (LGRL) compete prestar apoio técnico a projetos e atividades e realizar serviços especializados de geração e entrega de radiação laser sintonizável.

Art. 101. Ao Laboratório de Filmes Finos (LFF) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados de produção e caracterização de filmes finos sobre componentes ópticos de precisão e materiais semicondutores (filmes refletor, anti-refletores, passa-faixa, e outros);
- III - realizar pesquisas de métodos e técnicas de deposição de filmes finos.

Art. 102. Ao Laboratório de Manufatura de Componentes Ópticos (LMCO) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar pesquisas e serviços especializados de manufatura e caracterização de componentes e sistemas ópticos (prismas, lentes, espelhos, janelas, paralelos, divisores de

feixe, objetivas, componentes em fibras ópticas, sistemas ópticos de lasers, espectrômetros ópticos e astrofísicos, imageadores de satélites, microscópios, telescópios, e outros).

Art. 103. Ao Laboratório de Medição de Superfícies Ópticas (LMSO) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados de metrologia em superfícies ópticas (em termos de rugosidade, perfil e planeza), calibração de planos e de paralelos ópticos;
- III - manter a rastreabilidade dos padrões de referência dos equipamentos utilizados nas calibrações (rugosímetro e interferômetro), bem como dos equipamentos de controle (medidores de temperatura e umidade).

Art. 104. Ao Laboratório de Óptica Integrada (LOI) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados;
- III - produzir e caracterizar dispositivos ópticos integrados em substratos semicondutores, vítreos e eletroópticos (guias de ondas, moduladores de fase e de intensidade, divisores de feixe, polarizadores, acopladores direcionais, interferômetros, e outros dispositivos).

Art. 105. Ao Laboratório de Optoeletrônica (LOE) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados;
- III - produzir e caracterizar circuitos eletrônicos para geração, modulação e detecção de luz, sistemas e componentes optoeletrônicos (fontes de luz em materiais semicondutores e em fibras ópticas, guias de ondas, moduladores de fase e de intensidade, divisores de feixe, polarizadores, acopladores direcionais em materiais semicondutores e outros dispositivos);
- IV - desenvolver sensores, sistemas ópticos e aplicações de sensores e de sistemas ópticos.

Art. 106. Ao Laboratório de Sensores a Fibra Óptica (LSFO) compete:

- I - prestar apoio técnico a projetos e atividades;
- II - realizar serviços especializados, desenvolvimentos experimentais, manufatura e caracterização de giroscópios a fibra óptica, de sensores a fibra óptica baseados em técnicas de interferometria; e de subsistemas de sensores a fibra óptica.

Art. 107. À Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR) compete realizar pesquisa e desenvolvimento e assessoramento técnico em assuntos relacionados a sensoriamento remoto, sistemas de inteligência geoespacial e sistemas de apoio à decisão.

Art. 108. À Subdivisão de Sensoriamento Remoto (ECR-S) compete:

- I - realizar pesquisa e desenvolvimento em sistemas de sensoriamento remoto, abrangendo sistemas sensores, sistemas de posicionamento, fotogrametria, visão computacional, reconhecimento de padrões, inteligência computacional, processamento de imagens em tempo real, sistemas embarcados e processamento de alto desempenho;
- II - desenvolver metodologias para a extração automática de informações em tempo real e inteligência de imagens; para a obtenção, análise e interpretação de dados de

sensoriamento remoto; para a caracterização de sensores; e para a determinação de assinaturas espectrais;

III - garantir a competência técnica de seus recursos humanos nas áreas de atuação da Subdivisão;

IV - operar e manter os seus laboratórios;

V - promover a atualização e capacitação técnica em suas áreas de competência;

VI - prestar assessoria técnica e serviços especializados nas áreas de competência.

Art. 109. Ao Laboratório de Inteligência de Imagens (LabInt) compete desenvolver metodologias para extração automática de informações em tempo real e inteligência de imagens; para obtenção, análise e interpretação de dados de sensoriamento remoto.

Art. 110. Ao Laboratório de Radiometria e Caracterização de Sensores Eletroópticos (LaRaC) compete realizar estudos de comportamento espectral de alvos, caracterização radiométrica, espacial e espectral de sensores ópticos que operem na faixa do visível ao infravermelho termal.

Art. 111. Ao Laboratório de Visão Computacional e Sistemas Embarcados (LVCSE) compete desenvolver pesquisas em visão computacional, reconhecimento de padrões, inteligência computacional, processamento de imagens em tempo real, sistemas embarcados, e processamento de alto desempenho.

Art. 112. À Subdivisão de Sistemas de Apoio à Decisão (ECR-A) compete:

I - realizar atividades de pesquisa em modelagem e simulação, inteligência artificial, ciência de dados e pesquisa operacional para o desenvolvimento de soluções que visam a ampliar a consciência situacional dos decisores e auxiliá-los nos processos decisórios no contexto de C4ISR;

II - prestar assessoria nas áreas de competência;

III - promover a atualização e capacitação técnica nas áreas de atuação.

Art. 113. Ao Laboratório de Sistemas de Apoio à Decisão (LabSAD) compete desenvolver pesquisas em modelagem e simulação, inteligência artificial, ciência de dados e pesquisa operacional, no contexto de C4ISR.

Art. 114. À Divisão de Suporte Tecnológico (EST) compete prestar o suporte tecnológico nas áreas de mecânica e eletrônica aos projetos de pesquisa e atividades do Instituto.

Art. 115. À Subdivisão de Eletrônica (EST-E) compete:

I - dar apoio técnico, na área de eletrônica, aos projetos de pesquisa;

II - operar e manter as Seções subordinadas.

Art. 116. À Seção de Projetos Eletrônicos (EST-EP) compete:

I - elaborar o projeto de sistema de aquisição de dados e processamento de sinal;

II - realizar a instrumentação e automação de sistemas de controle;

III - dar suporte na execução de projetos na área de eletrônica.

Art. 117. À Seção de Fabricação de Circuitos Impressos (EST-EF) compete:

- I - projetar, fabricar por processo de fresamento, montar e testar placas de circuito impresso para atender aos projetos e atividades do Instituto;
- II - fazer a manutenção e reparos em equipamentos eletrônicos.

Art. 118. À Subdivisão de Mecânica (EST-M) compete:

- I - operar e manter os setores subordinados;
- II - dar apoio técnico, na área de mecânica, aos projetos de pesquisa.

Art. 119. À Oficina Mecânica (EST-MO) compete:

- I - fabricar peças mecânicas, por usinagem convencional e por máquinas de comando numérico, para atender aos projetos de pesquisa e atividades do Instituto;
- II - elaborar a montagem e ajustagem de equipamentos mecânicos;
- III - executar soldas convencionais de peças metálicas;
- IV - elaborar o espelhamento por usinagem de materiais não ferrosos (cobre e alumínio) em máquina;
- V - dar apoio nas áreas de mecânica aos projetos de pesquisa.

Art. 120. À Seção de Projetos Mecânicos (EST-MP) compete elaborar projetos de engenharia e desenhos técnicos de peças, conjuntos e sistemas mecânicos.

Art. 121. Ao Laboratório de Tratamentos Térmicos (LTT) compete:

- I - executar serviços de tratamento térmico de superfície;
- II - executar serviços de soldas especiais como brasagem metal-metal e cerâmica-metal.

Art. 122. À Subdivisão de Logística (EST-L) compete:

- I - operar e manter a Seção subordinada;
- II - dar apoio nas áreas de logística e administrativa à Divisão de Suporte Tecnológico (EST).

Art. 123. À Seção de Apoio Logístico (EST-LA) compete:

- I - executar e acompanhar os processos de compra de equipamentos e materiais mecânicos e eletrônicos, incluindo elaboração de documentação necessária, obtenção de orçamentos e acompanhamento técnico dos pedidos de aquisição de material;
- II - planejar e acompanhar o andamento dos trabalhos que são executados pelas Subdivisões de Mecânica e de Eletrônica.

Art. 124. À Divisão de Informação em Ciência e Tecnologia (EICT) compete:

- I - gerenciar o processo de formação, desenvolvimento e adequação do acervo bibliográfico sob sua responsabilidade, visando a atender às necessidades informacionais das atividades meio e fim do Instituto;
- II - colaborar com a Rede de Bibliotecas do DCTA nas questões referentes às normas, critérios e programas pertinentes ao sistema de informação em C&T;
- III - atuar como elo do Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica (SISDOC) junto ao Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), no que se refere às atividades relacionadas à gestão de bibliotecas;
- IV - realizar a gestão de todas as atividades do Setor que envolvam seu funcionamento, a custódia do acervo bibliográfico e o fornecimento de indicadores;



V - buscar e manter intercâmbio com instituições congêneres, visando à troca de experiências que contribuam para o aperfeiçoamento técnico operacional do setor;

VI - apoiar o efetivo na elaboração e atualização das publicações oficiais convencionais da OM, no que se refere à normalização, ao processo de aprovação e publicação, e na sua disponibilização para consulta na Intraer do Instituto.

Art. 125. À Biblioteca (EICT-B) compete:

I - apoiar as atividades de pesquisa e ensino do Instituto atuando como facilitadora do acesso às publicações e informações científicas e tecnológicas necessárias à sua realização;

II - apoiar o efetivo do Instituto nas questões relacionadas à busca, acesso e recuperação de informações e publicações oficiais;

III - planejar e acompanhar a formação e o desenvolvimento das coleções de seu acervo técnico-científico;

IV - executar os trabalhos relativos ao tratamento técnico e à indexação de todas as publicações técnico-científicas, recebidas pela Biblioteca, até a disponibilização da informação ao usuário;

V - registrar, controlar, armazenar e fornecer indicadores das atividades do setor e do desenvolvimento do acervo da Biblioteca do Instituto;

VI - atender e proporcionar treinamento aos usuários internos no que se refere à pesquisa e à recuperação da informação;

VII - oferecer e executar serviços de comutação bibliográfica e empréstimo entre bibliotecas, de forma a suprir deficiências do acervo bibliográfico local;

VIII - promover a divulgação e disseminação do acervo, serviços e produtos da Biblioteca.

Art. 126. À Subdivisão de Publicações Técnico-Científicas (EICT-P) compete:

I - propor normas, critérios e programas pertinentes ao controle, registro, conservação e disponibilização da produção intelectual do IEAV visando à preservação do conhecimento;

II - coletar, organizar, registrar, conservar e disponibilizar a produção técnico-científica;

III - promover a divulgação e disseminação da produção intelectual do Instituto, permitindo a visibilidade e o acesso ao conhecimento gerado.

Art. 127. Ao Escritório de Projetos (EPJ) compete:

I - coordenar e acompanhar a execução dos projetos estratégicos, setoriais e estruturantes executados no IEAV;

II - manter o controle das Portarias de designação dos Gerentes de Projetos e equipe;

III - apoiar os Gerentes de Projetos na definição e elaboração da documentação técnica em todas as fases de execução do projeto, observando-se a legislação pertinente e as orientações do DCTA e demais órgãos de apoio e entidades financiadoras, considerando-se a especificidade de cada Projeto;

IV - uniformizar procedimentos de gerenciamento de projetos;

V - promover a capacitação em gestão de projetos;

VI - aprimorar processos de gerenciamento de projetos para controle e redução dos riscos, aumento da eficiência e taxa de sucesso;

VII - definir e implantar processos de gestão de toda documentação dos resultados intelectuais e materiais gerados na execução dos projetos;

VIII - garantir a governança do portfólio de projetos de modo a assessorar a alta direção do Instituto em relação à priorização dos mesmos, à alocação e compartilhamento de recursos, à paralisação de projetos e à abertura de novos projetos;

IX - apoiar e controlar os Projetos executados no IEAV quanto à análise de riscos.

Art. 128. Ao Serviço de Proteção Radiológica (SPR) compete:

I - gerir todas as atividades de prevenção, de controle, de fiscalização, de treinamento e de normatização concernentes à segurança radiológica de todas as atividades que envolvam materiais radioativos ou equipamentos capazes de emitir radiação ionizante;

II - manter a capacidade de predição de contaminação radiológica e/ou nuclear, bem como uma equipe de apoio técnico-científico, para assessorar o COMAER no planejamento de missões em cenários de defesa química, biológica, radiológica e/ou nuclear (DQBRN).

Art. 129. Ao Laboratório de Dosimetria Aeroespacial (LDA) compete:

I - implementar e realizar ensaios e medições de dose de radiação ionizante em aplicações e ambientes de interesse aeronáutico ou espacial e ensaios de equipamentos detectores de radiação, por meio da utilização de técnicas dosimétricas diversas;

II - desenvolver métodos de medida e realizar análises de amostras radioativas para fins de proteção radiológica, controle de rejeitos radioativos e monitoração ambiental;

III - realizar cálculos dosimétricos e simulações computacionais dos ambientes de radiação de origem cósmica espacial e aeronáutico;

IV - prover apoio, na sua área de competência, para pesquisa e desenvolvimento da radioproteção aeroespacial desenvolvida no âmbito do COMAER e demais colaboradores externos, bem como para aplicações operacionais na área de radioproteção.

Art. 130. Ao Serviço de Salvaguardas (SSG) compete executar a contabilidade e o controle de material nuclear e de equipamentos especificados, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pelo País em Acordos de Salvaguardas.

Art. 131. À Comissão Assessora de Pesquisa e Desenvolvimento (CAPD) compete:

I - assessorar a EDT na identificação e uso racional de competências e capacitações existentes no Instituto;

II - receber e avaliar as propostas de projeto com vistas às diretrizes dispostas no PDI e nos documentos superiores da Aeronáutica;

III - planejar, organizar e promover a realização do Workshop Anual de Pesquisa e Desenvolvimento do IEAV (WAI).

#### CAPITULO IV ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES

Art. 132. O Diretor do IEAV tem suas atribuições estabelecidas em Regulamento (ROCA 21-77/2014).



Art. 133. Ao Chefe da Assessoria de Controle Interno incumbe:

I - auxiliar o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas nos assuntos pertinentes à Assessoria;

II - definir as orientações a serem observadas por ocasião da realização das auditorias internas e externas na Unidade Gestora;

III - organizar e arquivar os processos administrativos;

IV - estabelecer a rotina para manutenção e atualização dos sistemas informatizados da Assessoria de Controle Interno;

V - adotar as medidas necessárias para solicitar, aos Órgãos envolvidos e aos respectivos Fiscais, todas as informações necessárias para acompanhar a execução dos contratos administrativos e seus termos aditivos, certificando se estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

VI - manter sob controle os contratos de despesas junto aos Fiscais, Comissões de Fiscalização e de Recebimento, Gerentes de Projetos e Coordenadores;

VII - adotar as medidas necessárias para solicitar, aos Órgãos envolvidos e aos respectivos Fiscais, todas as informações necessárias para acompanhar a execução dos convênios e seus termos aditivos, certificando se estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

VIII - coordenar a reunião mensal de Prestação de Contas dos fiscais de Convênios junto as UGR apoiadas;

IX - manter sob controle os convênios junto aos Fiscais, Comissões de Fiscalização e de Recebimento, Gerentes de Projetos e Coordenadores;

X - proceder à conferência e abertura dos processos administrativos de gestão;

XI - proceder à conferência e abertura dos processos da execução orçamentária;

XII - condensar os assuntos financeiros relacionados com o pagamento de pessoal;

XIII - condensar os assuntos relacionados a saque, a etapa de alimentação e a comprovação de diárias;

XIV - efetuar a confecção do demonstrativo das comissões em atividades na Unidade Gestora.

Parágrafo único. O Chefe da ACI deve ser o Agente de Controle Interno.

Art. 134. Ao Chefe da Seção de Análise, Auditoria e de Acompanhamento de Contratos e Convênios (ACI-A) incumbe:

I - organizar e arquivar os processos administrativos;

II - estabelecer a rotina para manutenção e atualização dos sistemas informatizados da ACI;

III - informar ao Agente de Controle Interno as medidas corretivas propostas pelos diversos setores para sanar pendências apontadas nos exames semestrais de auditoria interna e externa;

IV - adotar as medidas necessárias para solicitar, aos Órgãos envolvidos e aos respectivos Fiscais, todas as informações necessárias para acompanhar a execução dos contratos administrativos e seus termos aditivos, certificando se estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

V - manter sob controle os contratos de despesas junto aos Fiscais, Comissões de Fiscalização e de Recebimento, Gerentes de Projetos e Coordenadores;

VI - adotar as medidas necessárias para solicitar, aos Órgãos envolvidos e aos respectivos Fiscais, todas as informações necessárias para acompanhar a execução dos

convênios e seus termos aditivos, certificando se estão sendo cumpridas todas as cláusulas pactuadas;

VII - coordenar a reunião mensal de Prestação de Contas dos fiscais de Convênios junto as UGR apoiadas;

VIII - manter sob controle os convênios junto aos Fiscais, Comissões de Fiscalização e de Recebimento, Gerentes de Projetos e Coordenadores.

Art. 135. Ao Chefe da Seção de Acompanhamento Orçamentário, Alterações e Recursos Financeiros (ACI-O) incumbe:

I - encaminhar ao Agente de Controle Interno, após conferência e abertura, os processos administrativos de gestão;

II - encaminhar ao Agente de Controle Interno, após conferência e abertura, os processos da execução orçamentária;

III - manter o Agente de Controle Interno informado sobre o acompanhamento da execução orçamentária das alterações financeiras referentes a pessoal;

IV - condensar os assuntos financeiros relacionados com o pagamento de pessoal;

V - condensar os assuntos relacionados a saque, a etapa de alimentação e a comprovação de diárias;

VI - efetuar a confecção do demonstrativo das comissões em atividades na Unidade Gestora.

Art. 136. Ao Chefe de Assessoria incumbe:

I - administrar os trabalhos da Assessoria;

II - coordenar e conduzir os trabalhos em conformidade com as atribuições específicas da Assessoria;

III - coordenar as atividades dos setores subordinados à Assessoria, quando for o caso;

IV - coordenar suas atividades com as atividades dos demais setores do Instituto afetos aos trabalhos da Assessoria, quando for o caso;

V - observar a legislação, regulamentos, normas, orientação e requisitos pertinentes às atividades da Assessoria;

VI - realizar o planejamento anual e plurianual da Assessoria;

VII - zelar pela elaboração, arquivamento e conservação da documentação dos trabalhos da Assessoria;

VIII - assessorar o Diretor e o Vice-Diretor nos assuntos solicitados;

IX - propor, sempre que necessário, a alteração de normas e procedimentos que venha a aperfeiçoar o funcionamento da Assessoria;

X - relatar o desempenho anual da Assessoria.

Art. 137. Ao Vice-Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de desenvolvimento institucional inerentes às Subdiretorias, de acordo com as orientações emanadas pelo Diretor;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das Coordenadorias da Vice-Direção.

Art. 138. Ao Chefe de Coordenadoria incumbe:

I - administrar os trabalhos da Coordenadoria;

II - coordenar e conduzir os trabalhos em conformidade com as atribuições específicas da Coordenadoria;

III - coordenar as atividades dos setores subordinados à Coordenadoria, quando for o caso;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Coordenadoria;

V - zelar pela elaboração e conservação da documentação dos trabalhos da Coordenadoria;

VI - assessorar o Diretor e o Vice-Diretor nos assuntos solicitados;

VII - relatar o desempenho anual da Coordenadoria.

Art. 139. Ao Chefe de Subcoordenadoria incumbe:

I - administrar a Subcoordenadoria;

II - gerenciar os recursos humanos da Subcoordenadoria;

III - apoiar a execução das atividades na Subcoordenadoria;

IV - zelar pela elaboração e conservação da documentação das atividades em execução na Subcoordenadoria;

V - assessorar o Chefe da respectiva Coordenadoria nos assuntos solicitados;

VI - observar a legislação pertinente ao exercício de sua profissão.

Art. 140. Ao Chefe da Subdiretoria de Administração incumbe:

I - administrar a Subdiretoria de Administração;

II - gerenciar e acompanhar a execução dos recursos financeiros orçamentários e extra-orçamentários do Instituto;

III - orientar, coordenar e acompanhar as atividades das Comissões, Divisões e Seções subordinados à Subdiretoria de Administração;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Subdiretoria de Administração;

V - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento do capital humano do Instituto;

VI - relatar o desempenho anual da Subdiretoria de Administração;

VII - incentivar e manter a segurança laboral e física das atividades executadas no Instituto, tomando as medidas que forem cabíveis de acordo com a orientação normativa aplicável.

Art. 141. Ao Chefe de Divisão incumbe:

I - administrar a Divisão;

II - gerenciar a capacidade, a competência e os recursos humanos da Divisão;

III - coordenar as atividades das subdivisões e dos projetos em execução na Divisão;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Divisão e suas Subdivisões;

V - acompanhar a execução das atividades e projetos na Divisão;

VI - zelar pela elaboração e conservação da documentação das atividades e projetos em execução na Divisão;

VII - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento do capital humano do Instituto;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual dos recursos humanos da Divisão;

IX - relatar o desempenho anual da Divisão;

X - controlar a frequência dos servidores inerentes à Divisão;

XI - zelar pela implementação e manutenção da segurança laboral, radiológica e física das atividades executadas dentro de sua divisão ou projeto sob sua responsabilidade,

tomando as medidas que forem cabíveis de acordo com a orientação dos serviços competentes (SPR, SST, SSG e SVS).

Art. 142. Ao Chefe de Subdivisão incumbe:

- I - administrar a Subdivisão;
- II - gerenciar a capacidade, a competência e os recursos humanos da Subdivisão;
- III - coordenar as atividades dos laboratórios da Subdivisão, se for o caso;
- IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Subdivisão;
- V - apoiar a execução das atividades e projetos na Subdivisão;
- VI - zelar pela elaboração e conservação da documentação das atividades e projetos em execução na Subdivisão;
- VII - assessorar o Chefe da Divisão nos assuntos solicitados e nas áreas de competência;
- VIII - assessorar o Chefe da Divisão nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento do capital humano da Divisão;
- IX - realizar a avaliação de desempenho individual dos recursos humanos da Subdivisão;
- X - relatar o desempenho trimestral da Subdivisão;
- XI - indicar responsáveis pelos laboratórios ou oficinas da Subdivisão, se for o caso, para aprovação pelo Chefe da Divisão;
- XII - observar a legislação pertinente ao exercício de sua profissão;
- XIII - gerenciar a capacitação dos recursos humanos da Subdivisão nas áreas de competência tecnológica.

Art. 143. Ao Chefe de Seção incumbe:

- I - administrar a Seção;
- II - gerenciar os recursos humanos da Seção;
- III - apoiar a execução das atividades na Seção;
- IV - zelar pela elaboração, tramitação, arquivamento e conservação da documentação das atividades em execução na Seção;
- V - assessorar as chefias superiores nos assuntos solicitados e de sua competência;
- VI - observar a legislação pertinente ao exercício de sua profissão;
- VII - exercer as demais atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe imediato.

Art. 144. Ao Chefe da Secretaria Administrativa (SECAD) incumbe:

- I - administrar a Secretaria Administrativa e a Secretaria da Direção (SECDIR);
- II - coordenar e apoiar o atendimento administrativo prestado pelos integrantes da SECAD aos setores do Instituto;
- III - exercer as demais atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe da Subdiretoria de Administração.

Art. 145. Ao Chefe da Subdiretoria Técnica incumbe:

- I - administrar a Subdiretoria Técnica;
- II - orientar, coordenar e acompanhar as atividades das Comissões, Divisões e Serviços subordinados à Subdiretoria Técnica;

III - acompanhar e coordenar os projetos estratégicos por meio dos gerentes de projetos e o Escritório de Projetos;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Subdiretoria Técnica;

V - realizar o Plano de Trabalho Anual (PTA) do IEAV;

VI - atualizar, anualmente, o planejamento técnico-estratégico do IEAV para o horizonte de 5 anos;

VII - coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as revisões bianuais;

VIII - zelar pela elaboração e conservação da documentação física dos projetos em execução no Instituto;

IX - assessorar o Diretor nos assuntos solicitados;

X - relatar o desempenho anual da Subdiretoria Técnica;

XI - zelar pela melhoria contínua de atividades técnicas e projetos realizados no Instituto, por meio da normalização de procedimentos, observação da legislação pertinente, organização e métodos e avaliação do desempenho institucional e sua repercussão na Sociedade.

Art. 146. Ao Chefe da Biblioteca incumbe:

I - administrar a Biblioteca;

II - coordenar e apoiar a execução das atividades do Setor;

III - gerenciar os recursos humanos do Setor;

IV - zelar pela elaboração, tramitação, arquivamento e conservação da documentação dos trabalhos em execução na Biblioteca;

V - planejar e acompanhar a formação e o desenvolvimento do acervo técnico-científico;

VI - tratar e indexar o acervo técnico-científico recebido pela Divisão;

VII - garantir o atendimento às solicitações de informação e serviços endereçados à Biblioteca;

VIII - manter a Biblioteca conectada a redes congêneres que propiciem o intercâmbio de informação e publicações de forma a completar possíveis lacunas do acervo bibliográfico local;

IX - manter a Biblioteca em programas de parceria que lhe favoreçam o atendimento de suas atribuições;

X - relatar o desempenho anual da Biblioteca;

XI - observar a legislação pertinente ao exercício de sua profissão;

XII - assessorar o Chefe da Divisão nos assuntos solicitados;

XIII - exercer as demais atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe da Divisão.

Art. 147. Ao Chefe do Escritório de Projetos incumbe:

I - administrar e presidir os trabalhos do Escritório;

II - coordenar e conduzir os trabalhos em conformidade com as atribuições específicas do Escritório, apoiando os gerentes de projetos nos processos de gestão e execução;

III - realizar a gestão do Portfólio de projetos;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual do Escritório;

V - zelar pela elaboração e conservação da documentação dos trabalhos do Escritório;

VI - assessorar o Diretor, o Vice-Diretor e o Subdiretor Técnico nos assuntos relacionados à gestão e execução dos projetos;

VII - relatar o desempenho anual do Escritório e de cada um dos projetos desenvolvidos pelo IEAV.

Art. 148. Ao Chefe de Serviço incumbe:

I - administrar e presidir os trabalhos do Serviço;

II - coordenar e conduzir os trabalhos em conformidade com as atribuições específicas do Serviço;

III - coordenar as atividades dos setores subordinados ao Serviço, quando for o caso;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual do Serviço;

V - zelar pela elaboração e conservação da documentação dos trabalhos do Serviço;

VI - assessorar o Diretor e o Vice-Diretor nos assuntos solicitados;

VII - relatar o desempenho anual do Serviço.

Art. 149. Ao Presidente de Comissão incumbe:

I - administrar e presidir os trabalhos da Comissão;

II - coordenar e conduzir os trabalhos em conformidade com as atribuições específicas da Comissão;

III - coordenar suas atividades com as atividades dos demais setores do Instituto afetos aos trabalhos da Comissão, quando for o caso;

IV - realizar o planejamento anual e plurianual da Comissão;

V - zelar pela elaboração e conservação da documentação dos trabalhos da Comissão;

VI - assessorar o Diretor e o Vice-Diretor nos assuntos correlatos;

VII - relatar o desempenho anual da Comissão.

Art. 150. Ao Responsável por Laboratório incumbe:

I - estar habilitado, profissional e juridicamente, para operar o laboratório;

II - operar e manter o laboratório de acordo com sua finalidade e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;

III - conduzir e documentar os trabalhos técnicos do laboratório em atendimento aos projetos e atividades;

IV - documentar procedimentos laboratoriais para operação de equipamentos e realização de experimentos;

V - manter a infraestrutura laboratorial funcionando e operacional;

VI - controlar o material do laboratório;

VII - manter o suprimento de material de consumo;

VIII - controlar o acesso de pessoal ao laboratório;

IX - fazer o uso racional da capacidade de trabalho;

X - buscar a melhoria contínua dos serviços e a acreditação oficial do laboratório, quando for o caso;

XI - cumprir e fazer cumprir normas de segurança de operação de sistemas laboratoriais;

XII - observar preceitos éticos na pesquisa e na operação do laboratório.

Art. 151. Ao Chefe da Oficina Mecânica da Subdivisão de Mecânica incumbe:

I - administrar a Oficina Mecânica;

- II - gerenciar os recursos humanos da Oficina Mecânica;
- III - apoiar a execução das atividades na Oficina Mecânica;
- IV - zelar pela elaboração, tramitação, arquivamento e conservação da documentação das atividades em execução na Oficina Mecânica;
- V - assessorar o Chefe da Subdivisão nos assuntos correlatos;
- VI - exercer as demais atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe imediato.

Art. 152. Ao Adjunto incumbe coadjuvar o respectivo chefe nos trabalhos que lhe são afetos e, conforme o caso, exercer a suplência do mesmo nas suas ausências.

Art. 153. Ao Assessor incumbe assessorar o respectivo chefe em assunto singular, de cunho especializado, definido no ato da sua designação em Boletim Interno.

Art. 154. Ao Encarregado incumbe cumprir encargo, função ou tarefa de supervisão das atribuições do seu setor, sobre o qual recai a responsabilidade de garantir o cumprimento das ordens, orientações, normas e legislações em vigor, na esfera de sua competência; como também, realizar atividades administrativas, técnicas e de controle nos assuntos em que a chefia imediata definir, contidas em NPA do setor.

Art. 155. Ao Encarregado da Oficina Mecânica da Subdivisão de Mecânica incumbe:

- I - acompanhar e orientar os trabalhos a serem executados nas máquinas e equipamentos da Oficina Mecânica;
- II - conduzir os trabalhos entre as diversas máquinas e pessoas da Oficina Mecânica, em conformidade com as atribuições específicas dos serviços;
- III - assessorar o Chefe da Oficina nos assuntos solicitados;
- IV - zelar pela conservação das máquinas e equipamentos da Oficina Mecânica;
- V - zelar pela conservação e limpeza da área da Oficina Mecânica.

Art. 156. Ao Auxiliar incumbe apoiar e/ou complementar as atividades da chefia responsável, nas áreas de competência do setor.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

### **Seção I Pessoal**

Art. 157. O provimento dos cargos e funções observará as seguintes diretrizes:

- I - o Chefe da Assessoria de Controle Interno é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa;
- II - o Chefe da Assessoria de Inteligência é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa, com curso de Inteligência proposto pelo CIAER;
- III - o Chefe da Assessoria de Comunicação Social é Major do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa, com curso de Comunicação Social proposto pelo CECOMSAER;
- IV - o Responsável pelo Laboratório Interativo de Ciências é Servidor de Nível Superior;



V - o Chefe da Assessoria de Relações Institucionais é Major do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa;

VI - o Chefe da Assessoria de Serviços Jurídicos é Servidor de Nível Superior, com formação em Direito;

VII - os Adjuntos do Diretor e do Vice-Diretor são Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

VIII - o Chefe da Coordenadoria de Planejamento Estratégico é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

IX - os Chefes da Subcoordenadoria de Planejamento e Controle e da Subcoordenadoria de Excelência da Gestão são Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Engenheiros, da ativa;

X - o Chefe da Coordenadoria de Gestão da Inovação é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviador, da ativa;

XI - o Chefe da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação e Extensão do IEAV é Servidor de Nível Superior, com título de Doutor e com experiência como Docente de programa de pós-graduação;

XII - os Chefes de Divisão são Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa, conforme ROCA21-77/2014;

XIII - os Chefes da Subdivisão de Almoxarifado, da Subdivisão de Manutenção, da Subdivisão de Refeitório e da Subdivisão de Registro são Servidores de Nível Superior;

XIV - o Chefe da Subdivisão de Patrimônio e Projeto é Servidor de Nível Superior, com formação em Engenharia Civil;

XV - os Chefes da Subdivisão de Desenvolvimento de Pessoal e da Subdivisão de Pessoal Civil são Servidores de Nível Superior;

XVI - os Chefes da Subdivisão de Pessoal Militar e da Subdivisão de Educação Física são Capitães dos Quadros de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

XVII - os Chefes da Subdivisão de Desenvolvimento de Sistemas e da Subdivisão de Suporte Computacional são Servidores de Nível Superior, com qualificação em Tecnologia da Informação;

XVIII - os Chefes da Subdivisão de Arquivo e da Subdivisão de Protocolo são Tenentes do Quadro de Oficiais Convocados;

XIX - o Chefe da Seção de Segurança do Trabalho é Servidor de Nível Superior, com curso de Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho, com o devido registro da especialização no competente conselho de classe;

XX - o Chefe da Seção de Vigilância e Segurança é Major do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da ativa;

XXI - os Chefes da Secretaria Administrativa e da Secretaria da Direção são Servidores de Nível Superior, com formação em Administração;

XXII - os Adjuntos do Chefe da Subdiretoria de Administração e do Chefe da Subdiretoria Técnica são Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa;

XXIII - o Chefe da Divisão de Aerodinâmica e Hipersônica é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa, com título de Doutor;

XXIV - o Chefe da Subdivisão de Simulação Computacional é Servidor de Nível Superior;

XXV - o Responsável pelo Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica Computacional é Servidor de Nível Superior;

XXVI - o Chefe da Subdivisão de Concepções Avançadas é Servidor de Nível Superior;

XXVII - o Chefe da Subdivisão de Ensaio em Solo é Servidor de Nível Superior;

XXVIII - os Responsáveis pelo Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica “Professor Henry T. Nagamatsu” e Laboratório de Técnicas de Diagnóstico são Servidores de Nível Superior;

XXIX - o Chefe da Subdivisão de Blindagem e Neutrônica é Servidor de Nível Superior;

XXX - os Responsáveis pelo Laboratório de Análise dos Efeitos da Radiação e Laboratório Computacional de Tecnologia Nuclear são Servidores de Nível Superior;

XXXI - os Chefes da Subdivisão de Dados Nucleares e da Subdivisão de Transferência de Calor e Materiais são Servidores de Nível Superior;

XXXII - o Responsável pelo Laboratório de Sistemas Térmicos “Viviane H. T. R. Hirdes” é Servidor de Nível Superior;

XXXIII - o Chefe da Divisão de Física Aplicada é Tenente-Coronel Engenheiro, com título de Doutor;

XXXIV - o Chefe da Subdivisão de Aplicações das Radiações é Servidor de Nível Superior;

XXXV - o Responsável pelo Laboratório de Radiação Ionizante é Servidor de Nível Superior;

XXXVI - o Chefe da Subdivisão de Eletromagnetismo Aplicado é Servidor de Nível Superior;

XXXVII - os Responsáveis pelo Laboratório de Caracterização de Dispositivos Semicondutores, Laboratório de Eletromagnetismo Computacional, Laboratório de Engenharia Virtual, Laboratório de Processamento e Caracterização de Materiais e Laboratório de Sistemas Eletromagnéticos são Servidores de Nível Superior;

XXXVIII - o Chefe da Divisão de Fotônica é Tenente-Coronel Engenheiro, com título de Doutor;

XXXIX - os Responsáveis pelo Laboratório de Desenvolvimento de Aplicações de Lasers e Óptica, Laboratório de Desenvolvimento de Lasers, Laboratório de Evaporação e Fotoionização e Laboratório de Geração de Radiação Laser são Servidores de Nível Superior, com título de Mestre;

XL - os Responsáveis pelo Laboratório de Filmes Finos, Laboratório de Manufatura de Componentes Ópticos, Laboratório de Medição de Superfícies Ópticas são Servidores de Nível Superior, com título de Mestre;

XLI - os Responsáveis pelo Laboratório de Óptica Integrada, Laboratório de Optoeletrônica e Laboratório de Sensores a Fibra Óptica são Servidores de Nível Superior, com título de Mestre;

XLII - o Chefe da Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento é Tenente-Coronel Engenheiro, com título de Doutor;

XLIII - o Chefe da Subdivisão de Sensoriamento Remoto é Servidor de Nível Superior;

XLIV - os Responsáveis pelo Laboratório de Inteligência de Imagens, Laboratório de Radiometria e Caracterização de Sensores Eletroópticos e Laboratório de Visão Computacional e Sistemas Embarcados são Servidores de Nível Superior;

XLV - o Chefe da Subdivisão de Sistemas de Apoio à Decisão é Servidor de Nível Superior;

XLVI - o Responsável pelo Laboratório de Sistemas de Apoio à Decisão é Servidor de Nível Superior;

XLVII - o Chefe da Divisão de Suporte Tecnológico é Tenente-Coronel Engenheiro, com título de Doutor;

XLVIII - o Chefe da Subdivisão de Eletrônica é Servidor de Nível Superior;

XLIX - o Chefe da Seção de Projetos Eletrônicos e da Seção de Fabricação de Circuitos Impressos são Servidores de Nível Superior;

L - o Chefe da Subdivisão de Mecânica é Servidor de Nível Superior;

LI - os Chefes da Oficina Mecânica e da Seção de Projetos Mecânicos são Servidores de Nível Superior;

LII - o Responsável pelo Laboratório de Tratamentos Térmicos é Servidor de Nível Superior;

LIII - o Chefe da Subdivisão de Logística é Servidor de Nível Superior;

LIV - o Chefe da Seção de Apoio Logístico é Servidor de Nível Superior;

LV - os Chefes da Biblioteca e da Subdivisão de Publicações Técnico-Científicas (EICT-P) são Servidores de Nível Superior, com formação em Biblioteconomia e, na área de atuação, pós-graduação e experiência mínima de um ano;

LVI - o Chefe do Escritório de Projetos é Servidor de Nível Superior;

LVII - o Chefe do Serviço de Proteção Radiológica é Servidor de Nível Superior, com curso específico na área de Proteção Radiológica, preferencialmente com habilitação de qualificação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear;

LVIII - o Responsável pelo Laboratório de Dosimetria Aeroespacial é Servidor de Nível Superior;

LIX - o Chefe do Serviço de Salvaguardas é Servidor de Nível Superior, com experiência na área de salvaguarda de material e tecnologia nucleares;

LX - o Encarregado é Suboficial do Corpo de Graduados da Aeronáutica, da ativa, com a especialidade ou qualificação exigida para sua área de atuação;

LXI - o Auxiliar é Cabo da Aeronáutica;

LXII - os cargos previstos para um determinado posto e quadro poderão ser exercidos por militares no posto imediatamente abaixo e mesmo quadro, interinamente, desde que possuam as qualificações exigidas;

LXIII - o substituto do Vice-Diretor, em seus impedimentos eventuais e missões fora de sede, é o militar mais antigo dentre os Chefes de Subdiretoria do IEAV, respeitando o quadro, a hierarquia e as qualificações exigidas;

LXIV - as demais substituições eventuais far-se-ão de acordo com as prescrições regimentais ou de acordo com a indicação do respectivo chefe do órgão constitutivo do IEAV;

LXV - as designações de militares e servidores para os cargos e funções no IEAV serão formalizadas em publicação de item em Boletim do Grupamento de Apoio de São José dos Campos - GAP-SJ.

§ 1º O Chefe da Assessoria de Controle Interno pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 2º O Chefe da Assessoria de Inteligência pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 3º O Chefe da Assessoria de Comunicação Social pode ser Major, Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 4º O Responsável pelo Laboratório Interativo de Ciências pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 5º O Chefe da Assessoria de Relações Institucionais pode ser Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior.

§ 6º O Chefe da Assessoria de Serviços Jurídicos pode ser Major ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 7º Os Adjuntos do Diretor e do Vice-Diretor podem ser Tenentes-Coronéis ou Majores dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 8º O Chefe da Coordenadoria de Planejamento Estratégico pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou por Servidor de Nível Superior.

§ 9º Os Chefes da Subcoordenadoria de Planejamento e Controle e da Subcoordenadoria de Excelência da Gestão podem ser Tenentes-Coronéis, Majores ou Capitães dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidores de Nível Superior.

§ 10. O Chefe da Coordenadoria de Gestão da Inovação pode ser Tenente-Coronel, Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior.

§ 11. O Chefe da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação e Extensão do IEAV pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 12. O Chefe da Divisão de Infraestrutura e Patrimônio pode ser Servidor de Nível Superior, Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, preferencialmente com formação em Engenharia Civil.

§ 13. Os Chefes da Subdivisão de Almoxarifado, da Subdivisão de Manutenção, da Subdivisão de Refeitório e da Subdivisão de Registro podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com as qualificações exigidas para suas áreas de atuação.

§ 14. O Chefe da Subdivisão de Patrimônio e Projeto pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com as qualificações exigidas para sua área de atuação.

§ 15. O Chefe da Divisão de Recursos Humanos pode ser Servidor de Nível Superior, com formação em Administração, Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com as qualificações exigidas para sua área de atuação.

§ 16. Os Chefes da Subdivisão de Desenvolvimento de Pessoal e da Subdivisão de Pessoal Civil podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 17. Os Chefes da Subdivisão de Pessoal Militar e da Subdivisão de Educação Física podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidores de Nível Superior.

§ 18. O Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação pode ser Servidor de Nível Superior, com qualificação em Tecnologia da Informação, ou Major dos Quadros de Oficiais Aviadores, Engenheiros, Intendentes ou Especialistas da Aeronáutica, da ativa, com as qualificações exigidas para o cargo.

§ 19. Os Chefes da Subdivisão de Desenvolvimento de Sistemas e da Subdivisão de Suporte Computacional podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com as qualificações exigidas para suas áreas de atuação.

§ 20. O Chefe da Divisão de Recursos Financeiros pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com as qualificações exigidas para sua área de atuação.

§ 21. O Chefe da Divisão de Arquivo e Protocolo pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, preferencialmente, com formação em Arquivologia.

§ 22. Os Chefes da Subdivisão de Arquivo e da Subdivisão de Protocolo podem ser Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidores de Nível Superior, com formação em Arquivologia ou Administração.

§ 23. O Chefe da Seção de Segurança do Trabalho pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com curso de Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho, com o devido registro da especialização no competente conselho de classe.

§ 24. O Chefe da Seção de Vigilância e Segurança pode ser Major, Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 25. Os Chefes da Secretaria Administrativa e da Secretaria da Direção podem ser Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, com qualificações exigidas para sua área de atuação.

§ 26. O Adjunto do Chefe da Subdiretoria de Administração pode ser Tenente-Coronel, Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 27. O Chefe da Divisão de Aerodinâmica e Hipersônica pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 28. O Chefe da Subdivisão de Simulação Computacional pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 29. O Responsável pelo Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica Computacional pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 30. O Chefe da Subdivisão de Concepções Avançadas pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 31. O Chefe da Subdivisão de Ensaaios em Solo pode ser Major ou Capitão do Quadro de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 32. Os Responsáveis pelo Laboratório de Aerodinâmica e Hipersônica “Professor Henry T. Nagamatsu” e Laboratório de Técnicas de Diagnóstico podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 33. O Chefe da Divisão de Energia Nuclear pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 34. O Chefe da Subdivisão de Blindagem e Neutrônica pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 35. Os Responsáveis pelo Laboratório de Análise dos Efeitos da Radiação e Laboratório Computacional de Tecnologia Nuclear podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 36. Os Chefes da Subdivisão de Dados Nucleares e da Subdivisão de Transferência de Calor e Materiais podem ser Majores ou Capitães dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 37. O Responsável pelo Laboratório de Sistemas Térmicos “Viviane H. T. R. Hirdes” pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 38. O Chefe da Divisão de Física Aplicada pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.



§ 39. O Chefe da Subdivisão de Aplicações das Radiações pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 40. O Responsável pelo Laboratório de Radiação Ionizante pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 41. O Chefe da Subdivisão de Eletromagnetismo Aplicado pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 42. Os Responsáveis pelo Laboratório de Caracterização de Dispositivos Semicondutores, Laboratório de Eletromagnetismo Computacional, Laboratório de Engenharia Virtual, Laboratório de Processamento e Caracterização de Materiais e Laboratório de Sistemas Eletromagnéticos podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 43. O Chefe da Divisão de Fotônica pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 44. Os Responsáveis pelo Laboratório de Desenvolvimento de Aplicações de Lasers e Óptica, Laboratório de Desenvolvimento de Lasers, Laboratório de Evaporação e Fotoionização e Laboratório de Geração de Radiação Laser podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 45. Os Responsáveis pelo Laboratório de Filmes Finos, Laboratório de Manufatura de Componentes Ópticos e Laboratório de Medição de Superfícies Ópticas (LMSO) podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 46. Os Responsáveis pelos Laboratórios de Óptica Integrada, de Optoeletrônica e de Sensores a Fibra Óptica podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 47. O Chefe da Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 48. O Chefe da Subdivisão de Sensoriamento Remoto pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 49. Os Responsáveis pelo Laboratório de Inteligência de Imagens, Laboratório de Radiometria e Caracterização de Sensores Eletroópticos e Laboratório de Visão Computacional e Sistemas Embarcados podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 50. O Chefe da Subdivisão de Sistemas de Apoio à Decisão pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 51. O Responsável pelo Laboratório de Sistemas de Apoio à Decisão pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 52. O Chefe da Divisão de Suporte Tecnológico pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior, com a mesma qualificação exigida.

§ 53. O Chefe da Subdivisão de Eletrônica pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 54. Os Chefes da Seção de Projetos Eletrônicos e da Seção de Fabricação de Circuitos Impressos podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 55. O Chefe da Subdivisão de Mecânica pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 56. Os Chefes da Oficina Mecânica e da Seção de Projetos Mecânicos podem ser Capitães ou Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 57. O Responsável pelo Laboratório de Tratamentos Térmicos pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica.

§ 58. O Chefe da Subdivisão de Logística pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 59. O Chefe da Seção de Apoio Logístico pode ser Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 60. O Chefe da Divisão de Informação em Ciência e Tecnologia pode ser Servidor de Nível Superior, com formação em Biblioteconomia, com pós-graduação em gestão de serviços de informação e experiência mínima de 3 anos em gerência de serviços de informação e documentação, ou Capitão ou Tenente dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 61. Os Chefes da Biblioteca e da Subdivisão de Publicações Técnico-Científicas podem ser Tenentes dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 62. O Chefe do Escritório de Projetos pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 63. O Chefe do Serviço de Proteção Radiológica pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 64. O Responsável pelo Laboratório de Dosimetria Aeroespacial pode ser Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais da Aeronáutica, da ativa.

§ 65. O Chefe do Serviço de Salvaguardas pode ser Major ou Capitão dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, com a mesma qualificação exigida.

§ 66. O Adjunto do Chefe de Subdiretoria Técnica pode ser Tenente-Coronel ou Major dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, ou Servidor de Nível Superior.

§ 67. O Encarregado pode ser Sargento do Corpo de Graduados da Aeronáutica, da ativa, ou servidor de nível intermediário com a qualificação exigida para sua área de atuação.

§ 68. O Auxiliar pode ser Soldado da Aeronáutica ou Servidor de Nível Auxiliar.

§ 69. Os cargos relativos a oficiais e graduados definidos neste regimento podem ser exercidos por militares do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON) ou da Reserva Remunerada da Aeronáutica, reconvocados para o serviço ativo ou em Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), obedecidas as qualificações e especialidades para cada função e a legislação vigente.

## **Seção II**

### **Disposições Finais**

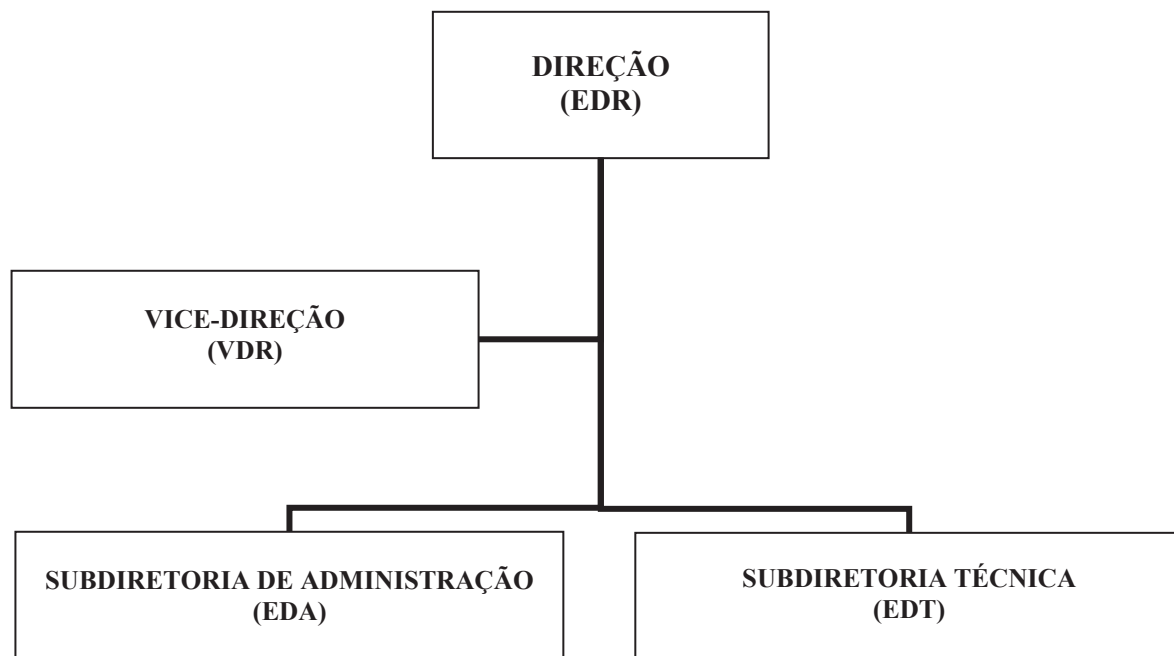
Art. 158. Caso necessário, em complementação ao presente Regimento Interno, o funcionamento de cada órgão constitutivo da estrutura complementar será regulado por Normas Padrão de Ação (NPA), as quais devem especificar suas tarefas, rotinas e atividades.

Art. 159. O IEAV é uma Organização classificada como Unidade Administrativa, qualificada como Unidade Gestora Credora (UG CRED) e apoiada pelo Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ) como sua Unidade Gestora

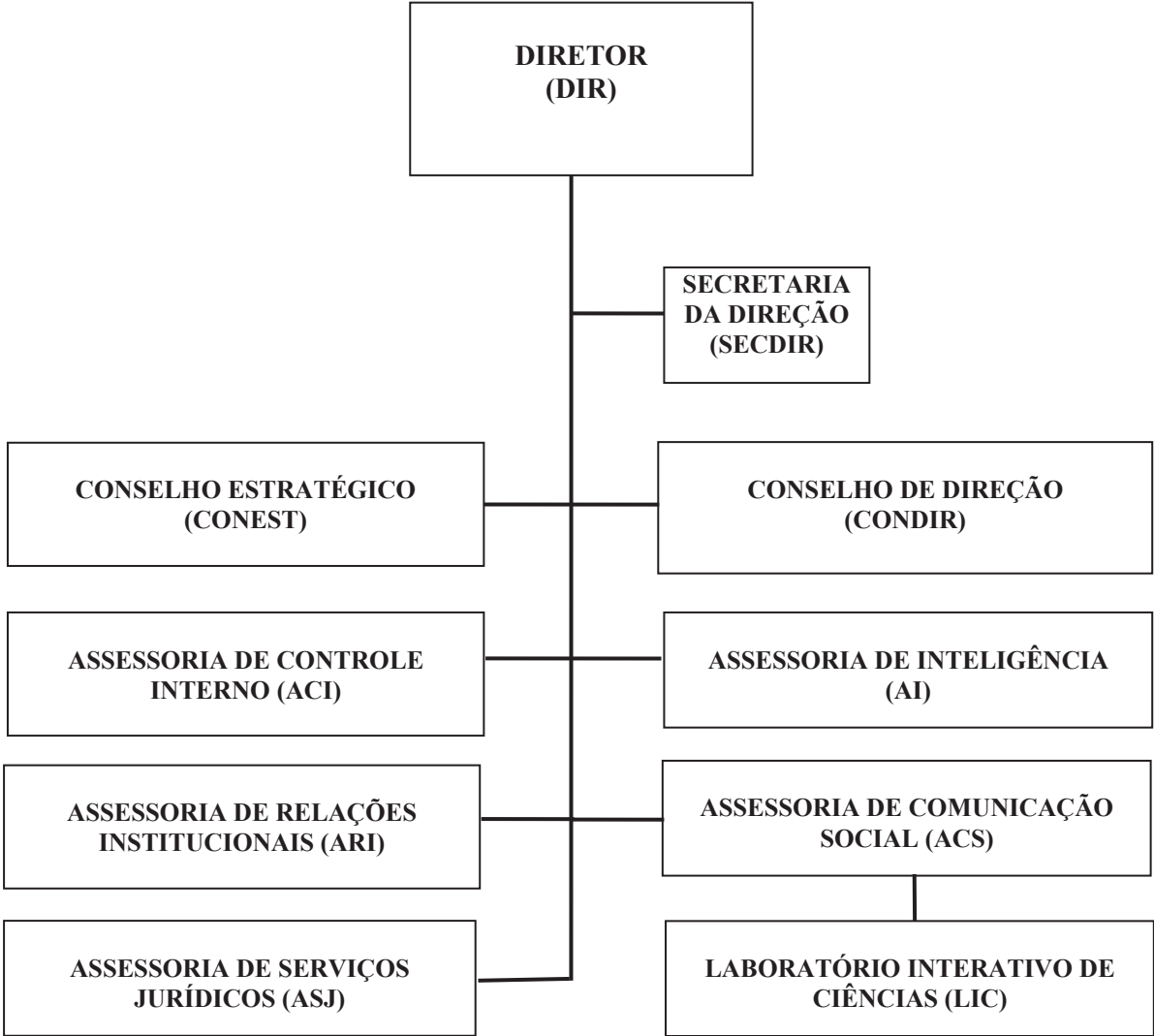


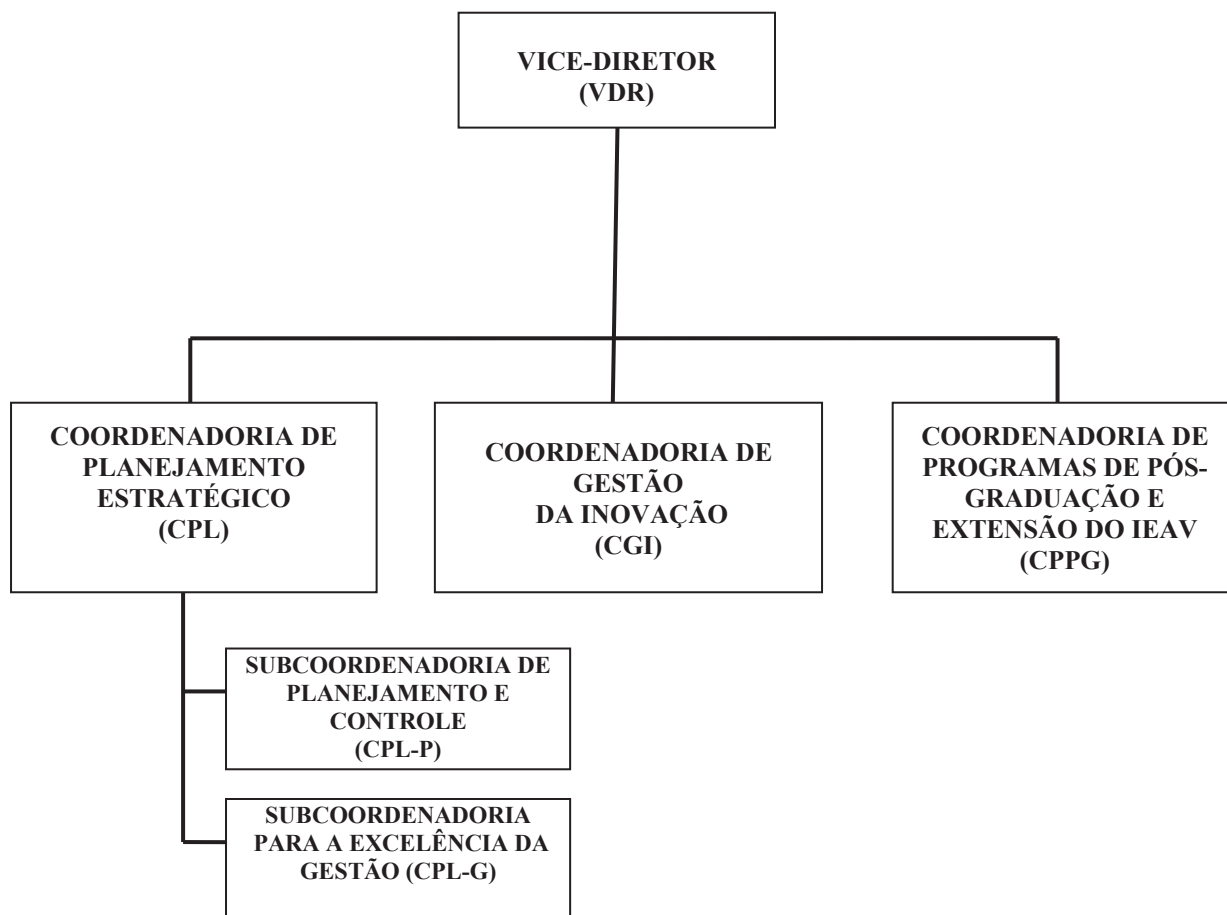
Executora (UG EXEC), para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial, conforme estabelecido pela Portaria nº 1.844/GC3, de 7 de dezembro de 2017.

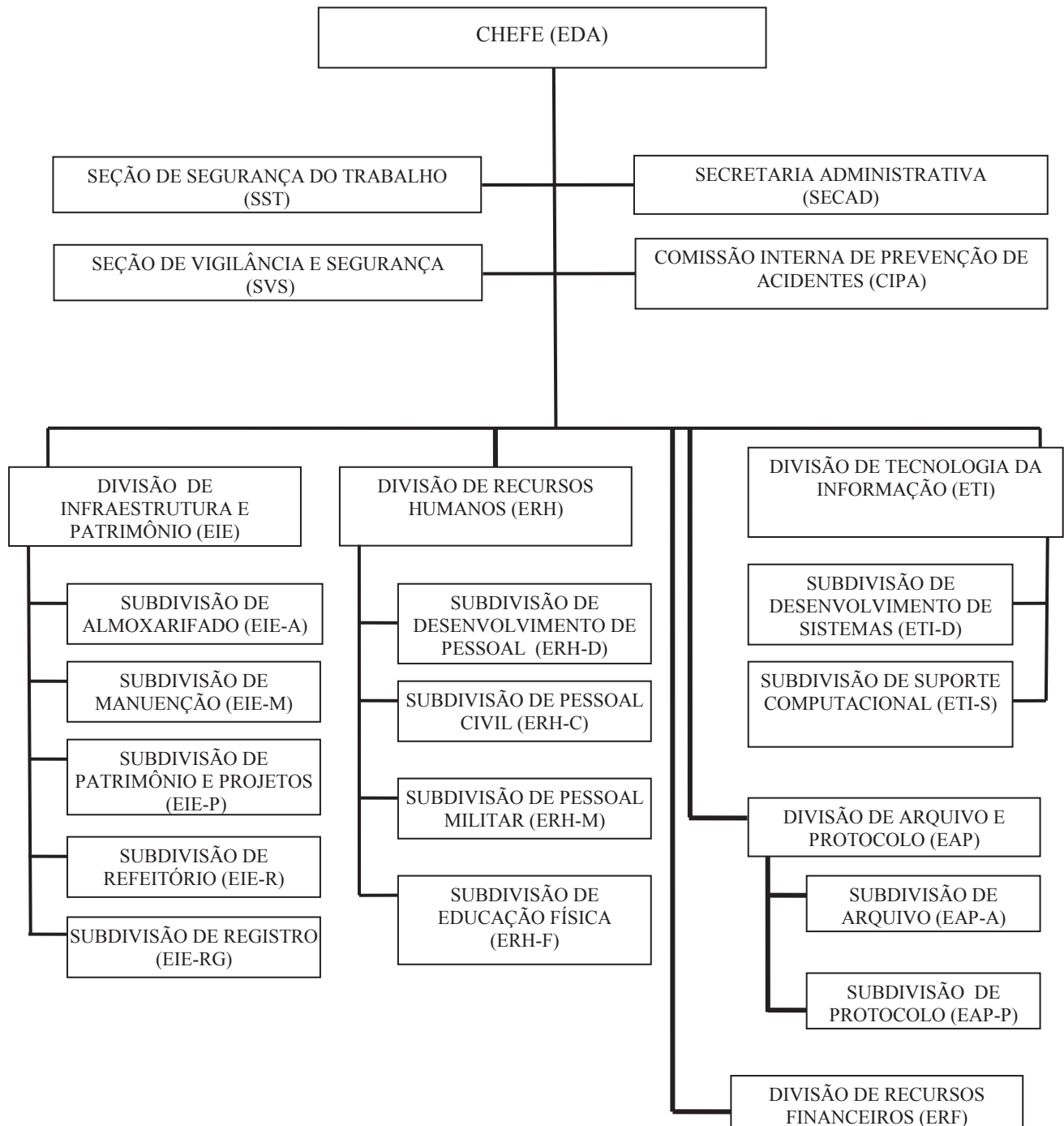
Art. 160. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do Diretor-Geral do DCTA, pelo Diretor do IEAV.

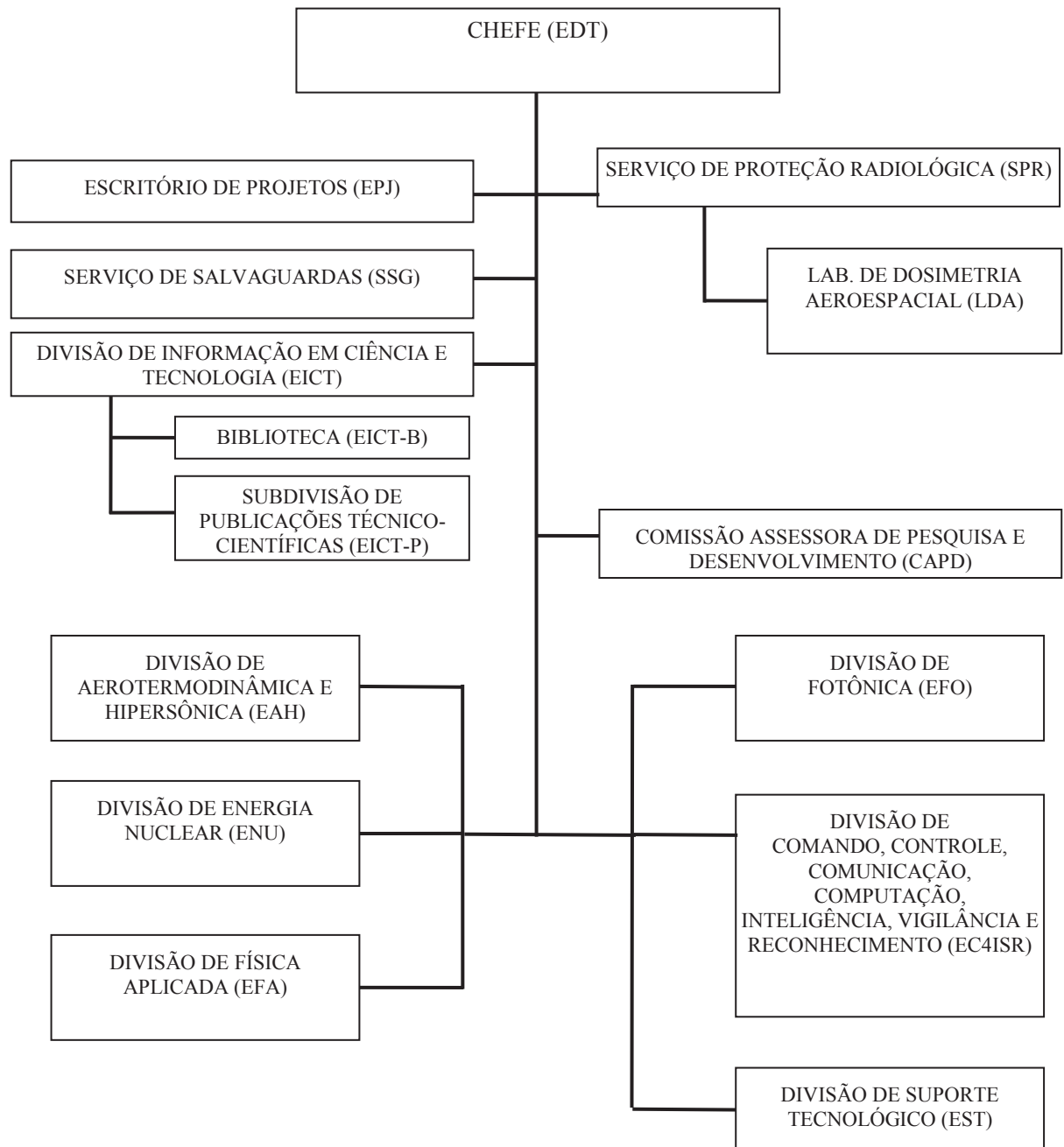
**Anexo A – Organograma da Organização Militar (IEAV)**

Anexo B - Organograma da Direção (EDR)

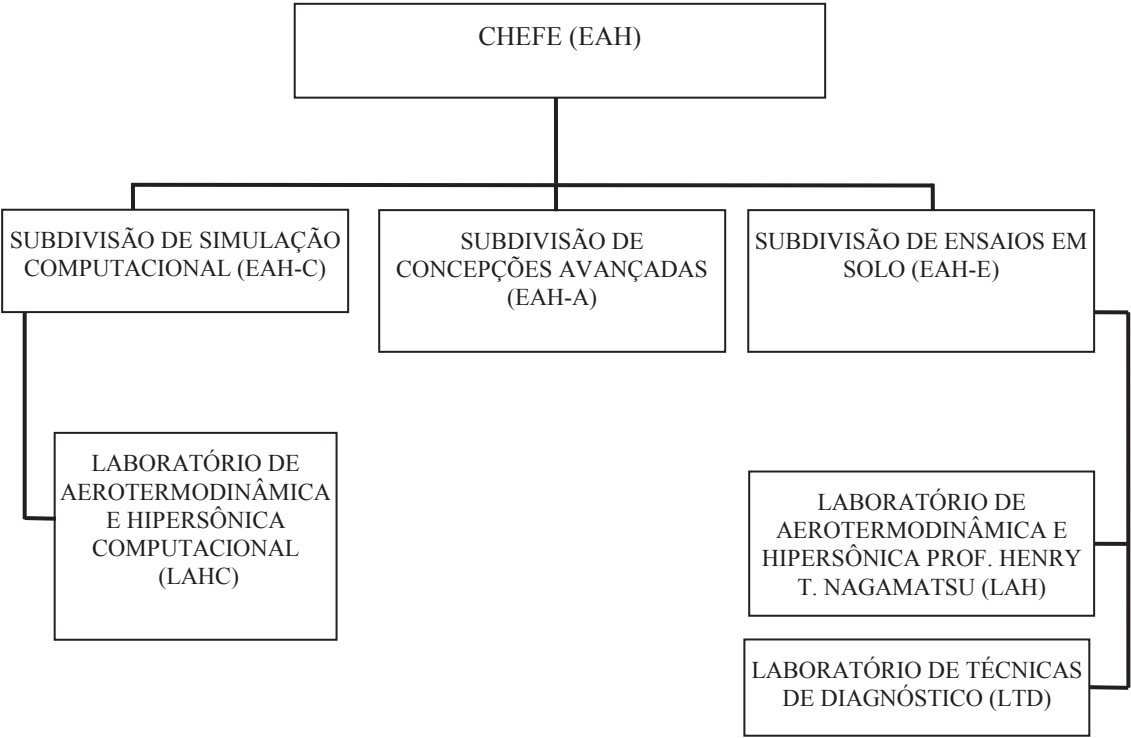


**Anexo C - Organograma da Vice-Direção (VDR)**

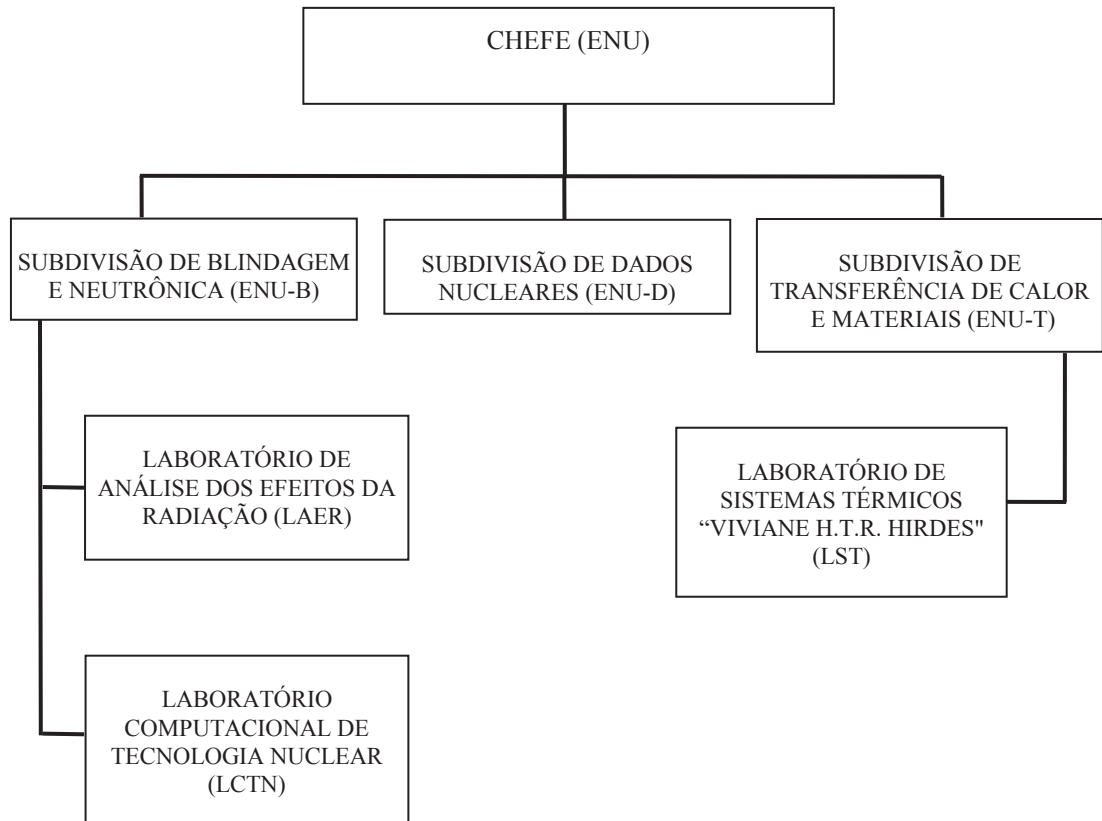
**Anexo D - Organograma da Subdiretoria de Administração (EDA)**

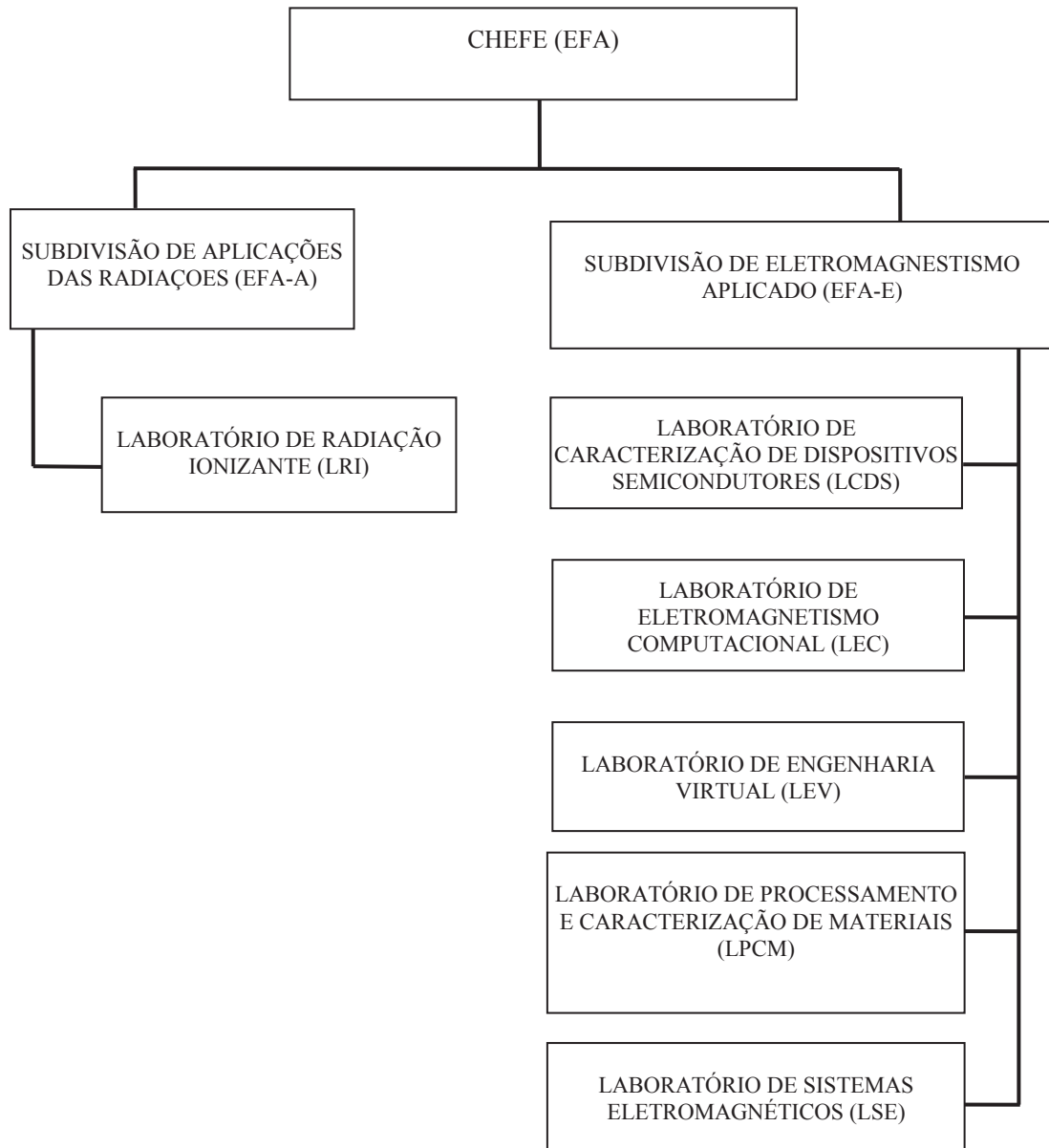
**Anexo E - Organograma da Subdiretoria Técnica (EDT)**

**Anexo F - Organograma da Divisão de Aerotermodinâmica e Hipersônica (EAH)**



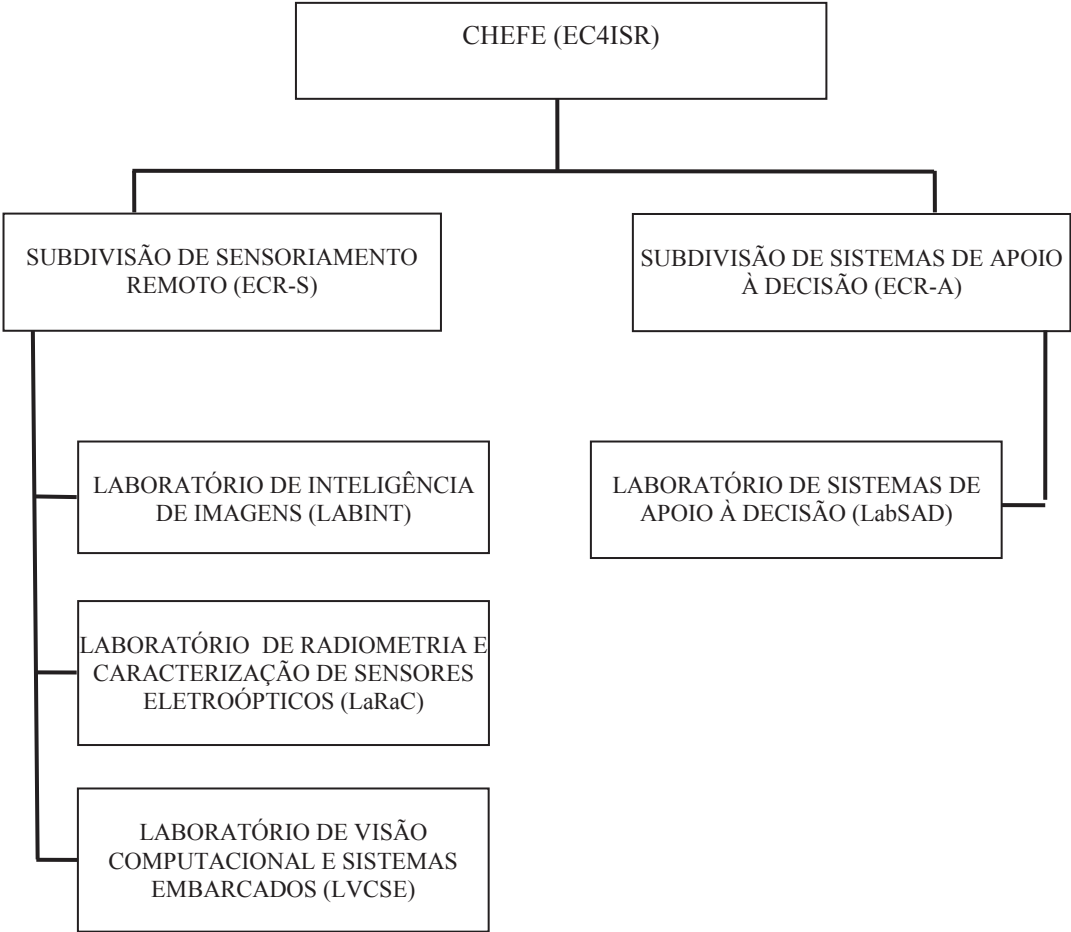


**Anexo G - Organograma da Divisão de Energia Nuclear (ENU)**

**Anexo H - Organograma da Divisão de Física Aplicada (EFA)**



**Anexo J - Organograma da Divisão de Comando, Controle, Comunicação, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (EC4ISR)**



Anexo K - Organograma da Divisão de Suporte Tecnológico (EST)

